



O Exmo. Sr. Presidente do TJERJ, Des. Sergio Cavaliere, entrega o certificado de qualidade NBR ISO 9001:2000 ao Diretor do Arquivo, Sr. Marcio Ronaldo.
>> Leia Mais



A pedido do Informativo Interação o Desembargador Raul Celso escreveu um texto emocionante sobre o seu tio, Evandro Lins e Silva.
>> Leia Mais



O Des. Gilmar Augusto Teixeira e a Juíza Andréa Gonçalves Duarte opinam sobre o Banco do Conhecimento do PJERJ.
>> Leia Mais



Dr. Talvane de Moraes conversa com a Diretora da DICAC, Elizabeth Paiva, sobre psiquiatria forense.
>> Leia Mais

Conheça o Centro de Estudos e Debates (CEDES) pelas palavras do seu Diretor Geral Des. Walter D'Agostino
>> Leia Mais



PERFIL



Saiba do caminho trilhado pelo Des. Manoel Carpena de Amorim.
>> Leia Mais



Centenário do Min. José de Aguiar Dias. Comemorações e entrevista com o filho Rui Berford Dias.
>> Leia Mais

Veja também...

Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento - DGCON

Novas instalações no Fórum Regional de Bangu

Comentários aos Verbetes Sumulares

Curso de Gestão do Conhecimento

Programa de História Oral e Visual do Poder Judiciário

Evolução Histórica do TJERJ (1891 - 1960)

Ordenações Filipinas

Novidades em Arquivologia

Pesquisa Jurídica

Microfilmagem: Uma Tecnologia Octogenária e Atual

Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional - DGDIN

DEGEA Recebe Certificado da Qualidade

Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais - DGJUR

Divisão de Protocolo "da Segunda Instância"

Diretoria Geral de Logística - DGLOG

Projeto Social "Pais Jardineiros"

Diretoria Geral de Gestão de Pessoas - DGPES

Creche do Tribunal de Justiça

Departamento de Saúde

ESAJ, Rumo à Certificação

Novas Instalações do DEAPE

Diretoria Geral de Segurança Institucional - DGSEI

Vítimas de Extorsão pelo Telefone podem contar com a DGSEI

Diretoria Geral de Tecnologia da Informação - DGTEC

Desenvolvimento de Sistemas - Entrevista com Jorge Rocha

Escola da Magistratura - EMERJ

Gravação de Palestras e Eventos

O Informativo Interação nº 4 inaugura a coluna *Literatura em Foco*, espaço destinado a levar ao leitor as novidades do "mundo das letras".

>> Leia Mais

PERFIL: DESEMBARGADOR MANOEL CARPENA AMORIM

O Informativo Interação aceitou o desafio de, em poucas palavras, tentar exprimir a importância de seu entrevistado, homem polivalente que atuou em diversas esferas do cenário jurídico nacional, cuja carreira vitoriosa nos inspira a tentarmos nos superar a cada dia. Afinal o dinamismo do Desembargador Manoel Carpena Amorim é de tirar o fôlego pelas suas incansáveis conquistas.

Foi Advogado, Defensor Público, membro do Ministério Público, exerceu um alto cargo na Administração Estadual, na Chefia da Assessoria Jurídica do Governo Chagas Freitas, ocasião em que veio a integrar o quinto constitucional, sendo eleito Juiz do Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro, onde chegou a Presidente daquele Tribunal.

Toda esta trajetória nos leva a pensar que a verve jurídica já veio no sangue. Entretanto não se trata de herança, ao invés, foi o Desembargador quem “inaugurou” a vocação jurídica na família.

Qual a importância do papel desempenhado pela família na carreira de sucesso profissional trilhado por Vossa Excelência?

O papel da família na carreira é fundamental, porque a Magistratura é uma escolha que exige grande sacrifício, tanto pessoal quanto

familiar. As horas de lazer são sacrificadas em nome do estudo e os parentes têm que compreender, se adaptar e conviver com esta realidade. A minha família sempre me ajudou muito no enfrentamento dessas dificuldades, especialmente a minha mulher.

Quais foram os acontecimentos mais marcantes e os maiores desafios enfrentados por Vossa Excelência na Magistratura?

Desafios todo juiz enfrenta a cada momento em que se vê diante de um conflito a dirimir, porque é uma atividade de grande responsabilidade. Eu, ao longo da minha trajetória profissional, atuei em processos de grandes proporções econômicas onde pude sentir nos ombros o peso dessa responsabilidade.

Fui Presidente do Tribunal de Alçada Cível, 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e, conseqüentemente, Presidente da Seção Criminal, que é o mais alto cargo da Justiça Criminal, Corregedor-Geral da Justiça, até pouco tempo, quando me aposentei e, hoje, sou Ouvidor Geral do Poder Judiciário e Presidente da Associação Nacional dos Desembargadores-ANDES. Entretanto, o cargo que mais me emocionou foi o de Diretor Geral da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro-EMERJ, num momento em que esta precisava de um redimensionamento. Tive a oportunidade de dar a EMERJ uma amplitude que ela nunca teve. Acredito



que fui feliz, e a história está provando isso.

Desembargador, o que o motiva a continuar trabalhando mesmo depois de aposentado?

É um questão existencial já que acordo toda manhã com um projeto novo. Creio que todo dia é um recomeço, e só pararei quando não tiver mais condições físicas de enfrentar os desafios que a vida me oferecer.

Os cargos que exerço, depois que me aposentei, são relevantíssimos e, embora me dêem muito em termos de entusiasmo e de projeto de vida, não me dão nada em termos materiais. Tenho fé nos projetos da Justiça e me sinto gratificado por poder continuar contribuindo com o aprimoramento do Poder Judiciário.

Enquanto Presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, como vem se desenvolvendo a atividade de Vossa Excelência naquela entidade?

Tem sido surpreendente a aceitação da ANDES em todo o Brasil. A Associação surgiu quando todos ansiavam por ela, porque os Desembargadores estavam com seus interesses relegados a um segundo plano.

No momento em que se pensou em criar a ANDES a adesão foi imediata, tanto por parte dos Desembargadores quanto pelos Juízes de 2º grau de Jurisdição, que ficaram felizes ao constatar a existência de um órgão criado para defender seus interesses. De forma que, hoje, viajo pelo país inteiro e posso comprovar o interesse dos colegas pela Associação. Inclusive, há Tribunais no Brasil, como do Estado de Pernambuco, do Mato Grosso e do Rio

de Janeiro em que a adesão foi praticamente integral.

E no tocante à Ouvidoria, que projetos deverão ser implantados e implementados sob a orientação de Vossa Excelência?

A Ouvidoria surgiu como resultado de um processo de reestruturação administrativa, implementado pela Fundação Getúlio Vargas. A princípio a Ouvidoria se encontrava sob a égide da Corregedoria-Geral de Justiça, entretanto, se as suas atribuições eram ouvir queixas, reclamações e sugestões sobre o funcionamento de todo o Poder Judiciário, como deixá-la num patamar administrativo menor, impedindo uma macro visão do sistema? Então apresentamos a FGV essa contradição. A fundação aceitou nossas ponderações e, hoje, a Ouvidoria Geral do Poder Judiciário se encontra ligada diretamente à Presidência do Tribunal, no mesmo patamar da Corregedoria-Geral de Justiça, das Vice-Presidências e da Escola da Magistratura.

A Ouvidoria tem como foco a satisfação do usuário. Não adianta apenas termos juízes excelentes, com uma preparação muito bem cuidada, mas o público permanecer insatisfeito. Portanto a Ouvidoria fornece aos órgãos administrativos competentes do Tribunal, os dados para a elaboração de políticas públicas destinadas a atender cada vez melhor os nossos clientes. Temos que encarar o PJERJ como um grande prestador de serviços onde o cliente tem que ficar satisfeito, para tanto precisa ser ouvido. Não há mais espaço para formulação de políticas públicas que não levem em conta o que o público realmente quer e precisa. ***(O Informativo Interação divulgará no próximo número uma matéria sobre a Ouvidoria Geral do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro).***

O que significa para Vossa Excelência apresentar o programa Justiça sem Fronteiras?

Tenho orgulho do JUSTIÇA SEM FRONTEIRAS, veiculado desde 1997, porque ele foi pioneiro no seu segmento. Atualmente existem muitos programas sobre Justiça, até o STF tem um canal próprio de comunicação com a população, que é o TV JUSTIÇA.

No JUSTIÇA SEM FRONTEIRAS foram entrevistadas grandes figuras do Poder Judiciário Estadual e Federal, Ministros do STF e do STJ, além de grandes juristas, o que configura um acervo extraordinário.

O programa nasceu quando, na diretoria da EMERJ, constatei que o que se fazia lá era de qualidade extraordinária, mas estava circunscrito a, no máximo, 500 ouvintes, e pensei: Como seria bom estender esta oportunidade a milhões de outras pessoas que não tem esse acesso!

O programa inicial tinha o nome EMERJ

BRASIL, passando, posteriormente, a denominar-se JUSTIÇA SEM FRONTEIRAS.

Como se sente diante do reconhecimento da comunidade jurídica pelos serviços que Vossa Excelência vem prestando no decorrer de sua carreira?

Vou me inspirar no meu amigo, o Presidente do PJERJ, Desembargador Sergio Cavalieri, que diz receber mais homenagens do que merece, mas ainda assim gosta muito. Eu sou um homem muito homenageado e essa posição de Presidente da ANDES veio reforçar, por assim dizer, o meu nome em nível nacional. Por todo o Brasil sou recebido de forma bastante generosa, muito mais do que mereço, mas como já disse, é muito bom de sentir.

Justiça sem Fronteiras

**na TVE-Rede Brasil todas as sextas-feiras, às 7h;
na TV JUSTIÇA(NET/canal 9), as quintas-feiras, às 7h e reprisado nas
sextas-feiras, às 9h e
terças-feiras às 9h30
com o
Desembargador Manoel Carpena Amorim**

NOVAS INSTALAÇÕES NO FÓRUM REGIONAL DE BANGU

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Sergio Cavalieri Filho e o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Luiz Zveiter inauguraram, no último dia 31 de agosto, o Fórum Desembargador Flavio Nunes Magalhães que funcionará em um prédio anexo ao Fórum de Bangu. O nome do novo Fórum é uma homenagem ao Desembargador que presidiu a 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 2005, quando se aposentou, vindo a falecer um mês depois.

Na ocasião, a Juíza Diretora do Fórum, Dra. Cristiane Lepage Laranjeira, em seu discurso, lembrou que somente após longos anos, o Fórum obtém a estrutura desejada para prestar uma justiça ágil e eficiente ao jurisdicionado. Sinalizou que, com a criação de mais duas Varas Cíveis e duas de Família e a conseqüente redistribuição dos feitos, haverá uma tramitação mais rápida dos cerca de 200 processos distribuídos mensalmente aos julgadores.

Em seguida, a Desembargadora Maria Raimunda Teixeira de Azevedo, presidente da 8ª Câmara Criminal, falando em nome dos integrantes do Órgão Julgador, agradeceu a merecida homenagem prestada ao falecido ex-Presidente da Câmara, enaltecendo-lhe as qualidades de magistrado e colega.

A Senhora Maria Alzira Mafra Magalhães, viúva do homenageado, também se pronunciou para agradecer a cerimônia, lembrando que a vida de seu marido foi inteiramente voltada à família e à magistratura.

Por seu turno, o Corregedor-Geral destacou a importância do acontecimento que se caracteriza como um marco do esforço conjunto de magistrados, diretores e funcionários.

Ao final, o presidente do TJERJ observou o fato de

que a aposentadoria é um evento esperado por muitos. No caso do Desembargador homenageado, sua preocupação em cumprir suas obrigações de magistrado, quase um sacerdócio, levou-o a continuar no exercício de suas funções até às vésperas de

completar 70 anos, embora já combatido pela doença. Ressaltou que este espírito de dedicação não é uma exceção entre os magistrados mas uma constante. Frisou que o acesso à Justiça não pode ser apenas uma figura de

linguagem mas algo concreto. O novo Fórum, constitui-se em mais um grande passo da Administração do PJERJ no sentido da descentralização da Justiça estadual, para levar a prestação jurisdicional à população, em cumprimento de sua missão com responsabilidade social.



Fórum Regional de Bangu - Des. Flavio Nunes Magalhães



Família do homenageado, Des. Flavio Nunes Magalhães

EVANDRO LINS E SILVA - MONUMENTO À COERÊNCIA E À ÉTICA, UM MITO**Raul Celso Lins e Silva ***

Não cogito de tarefa das mais difíceis, qual seja escrever sobre Evandro Lins e Silva, a quem devo eterna gratidão. Também não é das mais fáceis. Instigante !

De sua vida profissional, participei - um privilégio - de seu escritório de advocacia, a partir do momento de meu ingresso na Faculdade de Direito, até sua ida para Brasília, com o propósito de dedicar-se ao serviço público, colaborar, proteger o Presidente da República João Goulart e depois, integrar, como Ministro, o Supremo Tribunal Federal, cargo este ocupado até a sua aposentadoria arbitrária, violenta e burra, consubstanciada por ato institucional baixado pela ditadura implantada por golpe militar, de triste

memória.

No escritório, pode-se dizer sem pestanejar, o maior do Brasil em causas criminais, acompanhado de seus irmãos Raul (meu pai), Haroldo e Geraldo, comecei a apreciar e admirar seu comportamento profissional, sua dedicação ao cliente, seu empenho na defesa do assistido.

Nada me surpreendeu porque desde muito cedo assistia meu pai (seu braço direito, companheiro, com participação importante na defesa dos mesmos clientes, pouco tempo depois, sozinho, com a saída dos demais irmãos), com o mesmo comportamento e entusiasmo, quando eu sequer pensava em estudar direito.

Tenho a certeza que, ainda jovem e estudante colegial, tal admiração, inicialmente por meu pai que trabalhava em casa quase que diariamente, "catando milho" em sua máquina de escrever manual Remington, até altas horas da madrugada, me fez desviar do rumo que pretendia seguir - uma revelação, a arquitetura - daí porque optei pelo curso científico e não o clássico, adequado à carreira do direito.

Mudei meu destino, persegui o direito, ingressei na Faculdade e fui trabalhar no escritório sob a liderança de Evandro, sempre acompanhado do irmão Raul, meu pai.

Vínhamos de período tormentoso (ditadura Vargas), do qual, evidentemente, não participei, mas tomei conhecimento lendo as defesas apresentadas no Tribunal de Segurança Nacional. Já presente no escritório, vivenciei durante o governo Juscelino, não aquele "mar de rosas", como proclamam, com jornais fechados, redações invadidas, prisões

de intelectuais, entre os quais o maior escritor brasileiro, defendido por meu pai e solto graças a intervenção de Vitor Nunes Leal, então chefe do Gabinete Civil da Presidência. No tempo de Jânio Quadros, assisti à instauração de centenas de inquéritos nos institutos de previdência, cada um deles abrigando uma categoria profissional.

Era uma convivência diária, encantadora e inesquecível. Evandro, entre uma orientação e outra, inigualável contador de casos e processos, a todos encantava. Sempre defensor dos direitos humanos, sobressaindo-se, até então, no enfrentamento ao Estado Novo (Tribunal de Segurança), no Tribunal do Júri, IPMs e, mais tarde, vítima (honrosa e orgulhosa) do regime militar implantado em 1964.

A tudo assistia, inesgotável fonte de aprendizado, com a pequeníssima participação de um jovem universitário, o grande e movimentado desfile de pessoas notórias, figurões governamentais, autoridades afastadas, outras no exercício da função pública, parlamentares, diretores de empresas pertencentes ao governo, desgraçadamente envolvidas em inquéritos para apuração de peculato, estelionato, casos de jornalistas perseguidos e processados pela lei de imprensa, etc., etc.. Não se falava em crimes de "colarinho branco". Deliberadamente, por questão ética, deixo de mencionar nomes.

Muito embora, sendo o maior escritório do Brasil na assistência criminal, suas instalações eram simples e até modestas na Rua Primeiro de Março (centro do Rio de Janeiro), em cima da Drogaria Giffoni, bem próximo da então Câmara dos Deputados, um prédio antiqüíssimo, com elevador de portas de correr, pantográficas, ao contrário das luxuosíssimas instalações dos atuais escritórios. O que significa dizer que o luxo necessariamente não pressupõe a melhor assistência e eficiência dedicadas aos clientes. É a conclusão de que o cliente procura o bom advogado onde ele estiver.

Recordo-me da primeira condenação, no Brasil, por extorsão indireta, de famoso banqueiro, ao cobrar juros extorsivos em empréstimo concedido ao pai de conhecido humorista da televisão. Hoje, sufoca-se e condena-se o correntista de banco a pagar os juros estratosféricos que proporcionam às instituições financeiras os lucros extraordinários, os maiores de todos os tempos.

Um parêntesis: Evandro que sempre lutou arduamente contra a correção monetária, não gostaria de ver, por pressão de banqueiros, a revogação do artigo 192, parágrafo 3º, da Constituição da República de 1988 que preconizava, ainda que de forma tênue e permitindo outra interpretação, a cobrança dos juros no equivalente a 12% ao ano, exatamente durante o governo Lula, cuja eleição apoiou e até recebeu, em agradecimento, a visita do Presidente eleito, operário metalúrgico, em sua casa.

Nem se falar nos mensalões, sanguessugas, compra de votos, prisão de magistrados, etc., etc. Seria mais uma decepção!

Ele, Evandro, que na chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, exerceu o cargo com rigor, independência e dignidade para ajudar, proteger e colaborar com o presidente, filtrar procedimentos. Neste mister, inadmitiu pretensões de Leonel Brizola, rompendo-se as relações entre ambos, de nomear dezenas de tesoureiros na Alfândega do

Rio de Janeiro. Comportamento inteiramente diferente daquele adotado por recente chefe do gabinete, afinal afastado.

No Ministério das Relações Exteriores, pregou “uma política externa sem subordinação, nem isolamento, mas, sim, independência e cooperação no interesse do país e da paz entre os povos”.

A bem da verdade, não posso deixar de registrar que Raul, depois que Evandro, após muito resistir, aceitou trabalhar com o Presidente Jango, dedicando-se ao serviço público e não à política, manteve o mesmo prestígio e nível de atendimento no escritório.

Todos lamentamos a ausência do chefe, do líder. O trabalho aumentou sobremaneira, até que, já formado, vieram o golpe militar, as perseguições políticas, a instauração de centenas de IPMs e , conseqüentemente, intensíssima atuação de Raul na defesa dos perseguidos pela ditadura, atuando no Superior Tribunal Militar, em Auditorias, em centenas de inquéritos, enfrentando generais e coronéis arbitrários. Desgastando-se a cada dia, lamentavelmente, meu pai veio a falecer em maio de 1968, vítima, em São Paulo, de uma cirurgia mal-sucedida no coração, sem assistir à brutal perseguição ao irmão, ocorrida, pouco tempo depois, em janeiro de 69, sem que fosse declinado o motivo do ato de cassação.

Criminosos de idéia, de pensamento, eram colocados em masmorras, prisões ilegais, torturas desumanas e inqualificáveis. Assassínatos em dependências militares, habeas-corpus concedidos e ordens de soltura não obedecidas, constituíam o cenário da época.

Evandro, então Ministro do Supremo Tribunal Federal, na resistência contra a implantação do arbítrio, da opressão, da violência e da perseguição, instado, evidentemente com base na Carta Constitucional vigente e não “contra a revolução” em si, concedia ordens de habeas-corpus, a desagradar às autoridades de então e a gerar inconformismo e campanha pela sua cassação, gesto que mais se adotava no país.

Disse ele que com o AI-5, o Supremo Tribunal Federal perdeu o seu poder político e foi castrado na sua atribuição de órgão que compõe o sistema dos três Poderes independentes e harmônicos. Não podia mais julgar nada que dissesse respeito a ato do Executivo, não podia mais julgar os atos do Presidente da República, não podia mais julgar habeas-corpus a favor dos presos políticos. Tornou-se apenas um tribunal judiciário comum e não a expressão maior de um Poder da República, um órgão da soberania nacional, como deve ser.

Precisava, o sistema ditatorial, de juízes complacentes e servis, condições que não encontrariam em Evandro Lins e Silva, Hermes Lima e Vitor Nunes Leal, daí porque defenestrados da Corte Suprema.

Seus livros, seus trabalhos e suas defesas, plenos de sensibilidade, cultura humanista, criatividade e argúcia, compõem um acervo extraordinário, fonte de aprendizado e a marca do defensor dos direitos humanos, sempre obcecado pela liberdade.

O retorno à advocacia, no papel de “advogado do Brasil”, está marcado pela expulsão do poder de Fernando Collor. Destacou : “Deus foi muito generoso comigo, quando me deu essa chance de defender o meu País”.

Nos seus noventa anos bem vividos, consagrado como o “advogado do século” , “um jovem metido a besta e a velho”, como se definia, ainda mantinha uma invejável disposição para o trabalho, uma inesgotável vocação de defesa dos injustiçados, uma incomparável alegria de viver, um permanente sorriso.

Evandro, notável referência de democracia, modelo de retidão, civismo e coerência. Padrão de dignidade profissional, jamais transigiu com o compromisso da luta pelo direito, símbolo maior da independência judicial.

Sua nomeação pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, de quem divergia, e sua posse no Conselho da República, poucos dias antes de falecer, são símbolos de sua independência e dignidade profissional intocadas.

Graças à iniciativa de alguns intelectuais, entre os quais, Evandro, Antonio Cândido e Dom Paulo Evaristo Arns, podemos comemorar a continuidade de um processo limpo, honesto, a permitir a estrondosa vitória da oposição, encarnada por Lula.

Quem, neste país, foi homenageado por um Presidente que saia e pelo que entrava ? Perfeitamente compreensível se fosse alguém da mesma corrente ideológica.

Mas não o eram, daí a inusitada homenagem de ambos os Presidentes àquele que dignificou a sua vida como referência de ética, de dignidade, de coerência, de comportamentos e virtudes inigualáveis por nenhum brasileiro, defensor do estado de direito, das liberdades democráticas, orgulho desta Nação.

Quis o destino que a rica vida de Evandro Lins e Silva fosse encerrada abruptamente dias depois de uma gloriosa e gratificante tarde de homenagens em Brasília, para receber as expressivas e inesquecíveis homenagens do Presidente que saia (Fernando Henrique Cardoso), depois de receber o Presidente eleito (Lula) em sua residência agradecendo-lhe o apoio e, sobretudo, acredito, sua manifestação através de carta firmada com outros intelectuais, que fez o Brasil continuar no rumo da legalidade, decente e constitucional do seu processo eleitoral.

O chão desta cidade que o acolheu e aos seus pais e treze irmãos, em 1927, setenta e cinco anos depois, é o mesmo que traumatiza, lesiona seu crânio e ceifa-lhe a vida, depois de uma queda ao não conseguir subir um degrau de calçada exageradamente elevado, em frente ao aeroporto Santos Dumont.

O livro da vida de Evandro, sem que houvesse uma conclusão, um epílogo ou um fecho, é cerrado traumatizando e entristecendo toda uma nação, já que a vida é uma festa onde se entra sem convite e dela se sai sem que a mesma tenha terminado.

Da festa saiu Evandro e ficamos nós usufruindo de seu profícuo legado.

Privilegiado é o país que tem entre seus filhos um Evandro Lins e Silva. Privilégio para aqueles que o conheceram. Quem não o conheceu ? Privilégio para os seus amigos. Maior privilégio, ainda, para seus parentes.

E eu sou um privilegiado, além de parente, convivi intensamente com meu tio, orgulho desta Nação, a quem, repito, serei eternamente grato.

Tive a ventura de estar com o "Tio Evandro", em seu escritório, na véspera de sua última viagem à Brasília. Recordo-me de sua imagem, de seu entusiasmo, de seu otimismo, de sua euforia. Por ele requisitado, fui esclarecer notícias alvissareiras, porém não verdadeiras, envolvendo o meu nome com o Poder Judiciário sediado na capital. Estava preocupado com a sessão da Academia Brasileira de Letras que iria faltar e com a conclusão da defesa de jornalista processado, pela lei de imprensa, por político notoriamente corrupto e vendilhão.

Recordo-me, naquele derradeiro encontro, dos aconselhamentos, entre outros, de que o magistrado, independentemente da lei, deve olhar sempre para os fracos e oprimidos e, sob esta ótica, ele sempre transmitiu exemplo de decência, de honradez e de padrão ético inatacável.

Posso assegurar que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, proporcionou no dia 04 de novembro de 2.002, o último evento, nesta cidade, ao qual compareceu o Ministro Evandro Lins e Silva : a inauguração do Forum Ministro Aguiar Dias, na Ilha do Governador, ocasião em que se reeditou, com seu nome no plenário do Tribunal do Júri, homenagem ao meu pai, Raul Lins e Silva Filho, prematuramente falecido, também no auge do seu desempenho profissional, e, até a sua partida, sempre companheiro de Evandro, como defensores das liberdades democráticas.

Na oportunidade, entre meu pai e Aguiar Dias, exemplo de magistrado, ambos falecidos e com idênticos ideais democráticos, princípios éticos e morais, no local onde se encontram, exultantes com os últimos resultados eleitorais (eleição do Presidente Lula), simulei uma conversa versando sobre a intocabilidade da Petrobrás, no que dizia respeito à sua privatização como ocorrera com a Cia. Vale do Rio Doce e com tantas outras empresas.

Destacavam eles no diálogo imaginário, que a Petrobrás continuaria dos brasileiros e "o Evandro, anfitrião do Presidente eleito, com sua inigualável coerência e liderança, irá aconselhar, e muito, o nosso Lula. Ele, enfim, é Conselheiro da República".

E agora, os três juntos, Evandro, Aguiar e Raul, o que estarão conversando ?

***Desembargador
Tribunal de Justiça
do Estado do Rio de Janeiro
17a. Câmara Cível**

Retorna à página inicial

ENTREVISTA COM DR. TALVANE DE MORAES

O psiquiatra forense Dr. Talvane Marins de Moraes, médico há quarenta anos, lecionou psiquiatria na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, por trinta anos, onde se aposentou. Foi Coordenador do Departamento de Ética e Psiquiatria, da Associação Brasileira de Psiquiatria, Diretor-Geral do Departamento Geral de Polícia Técnica e Científica da Secretaria de Segurança, do Estado do Rio de Janeiro, Diretor (por duas gestões) do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, antigo Manicômio Judiciário e, atualmente, é Vice-Presidente da Associação Psiquiátrica do Estado do Rio de Janeiro.



Como perito-legista, o Dr. Talvane colaborou em processos de grande repercussão que estremeçeram a Nação.

Casos em que a sociedade desejou uma explicação científica para a prática de atos bárbaros, como se, assim, pudesse afastar um fantasma. Uma explicação lógica como salvação, na ilusão de que, entendendo a mente do criminoso pudéssemos evitar seu surgimento entre nós.

Qual o âmbito de atuação do psiquiatra forense?

A psiquiatria forense é o estudo do comportamento do indivíduo com reflexo na área jurídica, penal e cível, visando a identificação de transtornos mentais de causa patológica. Na esfera penal, a preocupação é com a imputabilidade penal. Já na cível, é com tudo que envolve a capacidade mental do indivíduo para a prática dos atos da vida civil. O psiquiatra forense auxilia o juízo em ações de anulação de testamento, em interdições e recentemente têm sido comuns solicitações de perícia para amparar anulação de negócio jurídico. Especificamente, na área de família, está prevista a impossibilidade de convivência em razão de transtorno mental, e cabe ao perito atestá-la.

Como o perito procede à avaliação?

O perito procura ter de um lado, o direito positivo; de outro, a sensibilidade para avaliar não somente a presença da patologia, mas até que ponto esta presença tem um reflexo sobre o comportamento jurídico da pessoa, usando seus conhecimentos técnicos de avaliação mental do periciado, ou do contexto a esclarecer.

De que forma o novo Código Civil aborda a questão da capacidade civil?

O antigo Código Civil de 1916 adotava o critério meramente biológico, bastando ser "louco de todo gênero" para ser considerado absolutamente incapaz. No novo Código, o que se observa é uma gradação das enfermidades ou deficiências, variando da ausência de discernimento ao discernimento reduzido. O que se verifica, então, é a adoção do critério bio-psicológico, como no Código Penal. Hoje admite-se, pelo preceito legal, a idéia da existência de um doente mental capaz, bastando que tenha discernimento. A doença mental, por si só, não autoriza a presunção de incapacidade. Muitas pessoas são portadoras de transtornos mas, devidamente tratadas, convivem em harmonia em sociedade, podendo exercer os atos da vida civil.

Mesmo o interditado, considerado absolutamente incapaz, e sem condições legítimas de ingressar em juízo, a não ser através de curador ou representante, pode ajuizar ação com vistas a levantar sua interdição, ou seja, ingressar em juízo diretamente. Esta é a única hipótese que a lei excepcionaliza, permitindo ao interditado comprovar que recuperou seu discernimento, podendo portanto, recuperar sua capacidade civil.

Qual a relação entre a dependência química e a incidência de práticas criminosas?

Até pouco tempo, dava-se muito valor à droga no processo de dependência. No entanto, modernamente, o que é relevante é a compulsão. O que se observa é que muitos indivíduos que conseguem deixar a droga acabam se entregando a outro vício, como o jogo ou o consumismo patológicos. O importante é estudar o comportamento compulsivo, mais ligado à natureza da pessoa, do que o instrumento pelo qual o comportamento se manifesta. A compulsividade é uma anomalia da expressão racional da vontade. O uso de drogas acarreta a perda do controle da vida mental. A parte instintiva aflora, muitas vezes com agressividade e com impulsividade. O compulsivo experimenta grande sofrimento na medida em que sabe que tem um problema e ainda assim não consegue se controlar.

Até que ponto o meio interfere no comportamento da pessoa ou já se nasce com a predisposição para a prática delituosa ou para a crueldade?

O indivíduo quando nasce está pronto, do ponto de vista biológico. Traz seu patrimônio genético que é o componente básico do temperamento e do caráter. Vem à luz e começa a receber a influência do meio. Como na célebre frase: "Você é na vida ator e autor de sua própria história". O indivíduo age e interage com o meio. Ele nasce sem maldade ou bondade. A cada momento se anexam coisas novas ao nosso patrimônio de conhecimento e de entendimento.

Pessoas cruéis florescem em ambiente negativo, não são doentes mentais, são mal formadas sob o ponto de vista de valores éticos e morais. A natureza humana é capaz de tudo e até de muito mais do que se pensa. Todos nós temos coisas ruins, alguns as

administram adequadamente, outros não.

O medo é também um fator inibidor de práticas criminosas. Está vinculado ao superego, à auto-censura. Durante o período de sono, em que não temos censura, sonhamos com coisas que nos parecem loucas, absurdas. Ao acordarmos, muitas vezes não lembramos do que sonhamos porque a censura está presente novamente. Disse uma vez um filósofo “Enquanto a loucura é um sonho longo, o sonho é uma loucura curta”. Justamente porque o pensamento e o sonho são livres, cogitar um crime não é ato tipificado, somente os atos executórios são passíveis de punição.

Então é possível evitar o surgimento de um indivíduo cruel?

Não é possível evitar totalmente a crueldade humana mas a partir do momento em que se investe em valores ético-morais dificulta-se o seu surgimento. Por outro lado, por que se busca tanto rotular o criminoso de classe média como doente? É uma tentativa de exorcizar o mal, presente em pessoas muito assemelhadas a nós. Crimes seriíssimos acontecem em comunidades carentes mas só nos incomodam quando ocorre com gente que se parece conosco.

A crueldade humana está intimamente ligada a uma forma de personalidade singular. O doente mental, em regra, não é violento. Da população carcerária fluminense de, aproximadamente, 20 mil presos, apenas 230 são doentes mentais. Os 15 mil internos nas instituições públicas de tratamento de doentes mentais não cometeram crime algum. O crime cometido por doente mental é exceção, e não regra.

[Retorna à página inicial](#)

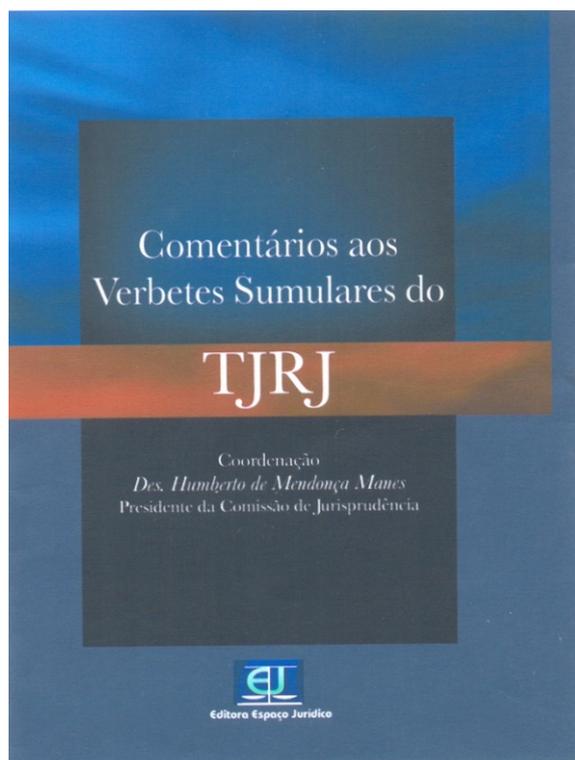
“Comentários aos Verbetes Sumulares”

A obra *Comentários aos Verbetes Sumulares do TJERJ*”, coordenada pelo Presidente da Comissão de Jurisprudência, Excelentíssimo Desembargador Humberto de Mendonça Manes, foi muito bem recepcionada pela comunidade jurídica. Para um conteúdo tão significativo, foi fundamental a colaboração de importantes magistrados, que, com seus textos primorosos, tornaram a obra uma leitura indispensável para a atualização de conhecimentos na área jurídica.

A organização do livro contou com o apoio da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento. Os autores generosamente concordaram que o lucro com a venda dos livros seja revertida ao Fundo Especial do Tribunal do PJERJ.

São autores dos textos:

Des. Álvaro Mayrink da Costa; Des. Ana Maria Pereira de Oliveira; Des. Antônio Cesar Rocha Antunes de Siqueira; Des. Antônio Saldanha Palheiro; Des. Bernardo Moreira Garcez Neto; Des. Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos; Des. Cássia Medeiros; Des. Celso Ferreira Filho; Des. Cláudio Tavares de Oliveira; Des. Edson Aguiar de Vasconcelos; Des. Fernando Marques de Campos Cabral; Des. Henrique Carlos de Andrade; Des.



Humberto de Mendonça Manes; Des. Jessé Torres Pereira Junior; Des. Leila Maria Rodrigues Pinto de Carvalho Albuquerque; Des. Leticia de Faria Sardas; Des. Luisa Cristina Bottrel Souza; Des. Luiz Felipe da Silva Haddad; Des. Luis Felipe Salomão; Des. Marco Antonio Ibrahim; Des. Marco Aurélio Bellizze Oliveira; Des. Marcus Antônio de Souza Faver; Des. Marcus Henrique Pinto Basílio; Des. Marcus Quaresma Ferraz; Des. Mauro Dickstein; Des. Milton Fernandes de Souza; Des. Murilo Andrade de Carvalho; Des. Nagib Slaibi Filho; Des. Nildson Araújo da Cruz; Des. Paulo Gustavo Rebello Horta; Des. Ricardo Rodrigues Cardozo; Des. Roberto de Abreu e Silva; Des. Sérgio Cavaliere Filho; Des. Sérgio Lucio de Oliveira e Cruz; Des. Sidney Hartung Buarque; Des. Sylvio Capanema de Souza; Des. Telma Musse Diuana; Des. Leila Maria Carrilo Cavalcante; Juiz André Gustavo Corrêa de

Andrade; Juiz Arthur Eduardo Magalhães; Juiz Carlos Santos de Oliveira; Juiz Cezar Augusto Rodrigues Costa; Juiz Cláudio Brandão de Oliveira; Juíza Cristiane Cantisano Martins; Juíza Cristina Tereza Gaulia; Juiz Gabriel de Oliveira Zéfiro; Juiz Heleno Ribeiro Pereira Nunes; Juíza Jacqueline Lima Montenegro; Juiz Luiz Roberto Ayoub; Juíza Marcia Cunha Silva Araujo de Carvalho; Juíza Márcia Ferreira Alvarenga; Juíza Maria Cristina Barros Gutierrez; Juíza Maria da Glória de Oliveira; Juiz Marcos Alcino de Azevedo Torres; Juiz Renato Lima Charnaux Sertã; Juiz Ricardo Couto de Castro; Juiz Sérgio Ricardo de Arruda; Juíza Simone Gastesi Chevrand; Juíza Suimei Meira Cavaliere; Juiz Werson Franco Pereira Rego e Juíza Valéria Pachá.

A obra **Comentários aos Verbetes Sumulares do TJRJ**, coordenada pelo Presidente da Comissão de Jurisprudência, Desembargador Humberto de Mendonça Manes, pode ser adquirida nos estandes de vendas de livros no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Livraria Largo do Caco, na Rua Moncorvo Filho 1-A (em frente a Faculdade Nacional de Direito), Livraria Planeta do Livro na Av. 28 de setembro n. 26 (em frente UERJ) ou na Editora Espaço Jurídico, na Av. Pres. Antônio Carlos, 615, grupo 304/305, telefone (21) 22626612 (em frente ao Fórum).

Literatura em Foco

A editora América Jurídica lançou, recentemente, a 6ª edição do livro **Direito Processual Civil**

Resumido, de autoria do Excelentíssimo Desembargador Cármine Antônio Savino Filho, Titular da 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O termo "resumido", que consta no título do livro, pode levar a pensar que a obra é incompleta, no entanto, o que se vê é que o Desembargador Cármine conseguiu condensar em um só exemplar todo o Direito Processual Civil. O termo se deve tão somente porque o método adotado pelo autor é extremamente objetivo, focado no essencial, nos fundamentos do Direito.

Para o autor, mais importante que conhecer o Direito é aprender a pensar, a trabalhar com sistema e compreender as relações entre os institutos.

Relacionamento é a palavra chave que sintetiza a forma como o autor elaborou a sua obra. Para os estudantes que são apresentados ao



Código de Processo Civil "aos pedaços", o livro é esclarecedor, já no início traz um gráfico com toda a estrutura do Código, ligando as partes ao todo e levando o leitor a descobrir como se relacionam.

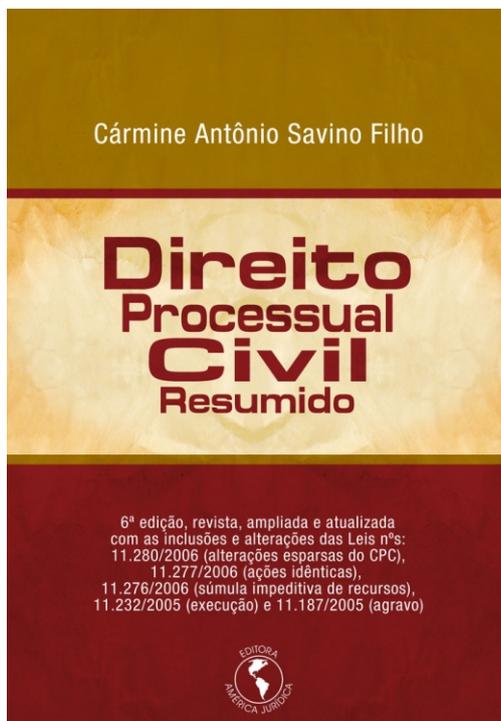
Trata-se de uma obra completa. O estudante de Direito poderá valer-se dela desde o início da faculdade à colação de

grau. Os que se preparam para prestar concurso público encontrarão no livro do

Desembargador Cármine os ensinamentos necessários com esse objetivo.

Àqueles que crêem ser muito difícil entender Processo Civil se surpreenderão com a leveza do **Direito Processual Civil Resumido** e com a facilidade do autor de tornar o Código interessante a todos, por meio de método dedutivo, que fornece ao leitor motivação e conhecimento

necessários para a resolução dos problemas do dia a dia.





LANÇAMENTOS NA EMERJ

No dia 25 de agosto realizou-se, na EMERJ, o lançamentos dos livros *A Rebelião da Toga*, do Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Renato Nalini, e *Democracia e Constituição*, da Defensora Pública do Rio de Janeiro, Cinthia Robert.

Segundo o Desembargador Nalini, Mestre e Doutor em Direito Constitucional pela USP, sua obra é um apelo aos juízes brasileiros, para que desempenhem o papel de agentes políticos, protagonizando a restauração da ética e da credibilidade nas instituições, fazendo cumprir a Constituição da República, devolvendo assim, a esperança ao povo brasileiro.

A obra da Dr^a Cinthia tem apresentação do Coordenador de Direito Constitucional da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), escritor e professor universitário, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Nagib Slaibi Filho, que ressaltou as qualidades da autora Graduada em Letras e Direito, Defensora Pública, Especialista em Direito Comunitário pela École Miguel Servet, de Paris, Mestra em Direito pela Universidade Estácio de Sá - e salientou que a obra revela-se como estudo sobre o poder e seu exercício na sociedade moderna, temas que confundem os estudiosos da Ciência Política e desesperam os mestres de Direito Constitucional, que têm o desgastante labor de interpretar juridicamente o que os políticos, que a sociedade escolheu como representantes, escreveram no texto solene da Lei das Leis, muitas vezes não para impor caminhos à sociedade, mas para justificar as suas próprias contradições.

A Defensora Pública informou que escreveu um livro de cunho didático, em que utiliza linguagem clara, levando o leitor a uma profunda reflexão sobre as principais tendências no federalismo contemporâneo. A obra discorre acerca das diversas formas de Estado e de Governo e suas implicações e sobre os principais Princípios Fundamentais do Estado de Direito, tais como o Republicano, a Separação de Poderes, a Descentralização, e conta com ampla jurisprudência pátria.

Entrevista com o Desembargador Walter Felipe D'Agostino

O Desembargador Walter Felipe D'Agostino, diretor-geral do Centro de Estudos e Debates do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro-CEDES, concedeu entrevista à



representante do Informativo Interação para falar da atuação do CEDES. Segundo o Desembargador "O direito exige atualização constante porque é dinâmico, o que é verdade hoje pode não ser amanhã, e vice-versa". O trabalho realizado pelo CEDES viabiliza o debate de idéias e a aprovação de Enunciados que sintetizam entendimentos assentados pelo TJRJ sobre diversos temas de direito material e processual. Assim, presta valiosa contribuição para as atividades desempenhadas pelos desembargadores.

Quais são as atividades desenvolvidas pelo CEDES?

O CEDES tem como principal finalidade estudar e debater as questões polêmicas, alvo de inquietações por parte dos Desembargadores, e por via de consequência dos advogados e das partes.

Muitas vezes o CEDES se reúne para encontrar o denominador comum das divergências facilitando, assim, a vida de magistrados e advogados que de antemão tomam conhecimento do pensamento predominante do PJERJ.

Vossa Excelência pode exemplificar uma atuação do CEDES?

Sim. Recentemente os jornais publicaram o enorme número de Ações Declaratórias de Inconstitucionalidade em razão das leis que vêm sendo elaboradas pela Câmara de Vereadores desta cidade. Muitas delas pecam por erro de iniciativa, por serem de competência do prefeito. Todas as vezes que o Órgão Especial declara a inconstitucionalidade de uma lei, o CEDES é comunicado e distribui a todos os Órgãos Julgadores de segunda instância a notícia de que o Órgão Especial já tem um entendimento sobre a matéria.

O CEDES também promove atividades intelectuais?

Claro, palestras, concursos de monografias, mostras de livros, *vernisages*, tudo que traga maior conhecimento intelectual aos desembargadores. O CEDES é voltado ao Tribunal o que não o impede de se associar à AMAERJ, como já fez várias vezes, para alcançar os juízes de primeiro grau, que também são beneficiados enormemente com a distribuição das

decisões dos julgamentos das causas controvertidas e, em relação àquelas matérias com o maior incidência no Tribunal, já ficam sabendo qual é o entendimento majoritário do TJ.

As Súmulas mesmo despojadas de efeito vinculante e os Enunciados, que são como ante-súmulas, contribuem para a celeridade processual e facilitam a vida dos magistrados e dos advogados que, conhecendo a jurisprudência predominante, já sabem o que enfrentarão.

Muitos debates tiveram que ser travados após a reforma do Código de Processo Civil?

Sim, porque as modificações tocaram em pontos fundamentais e podem, a princípio, parecer que feriram o Princípio do Devido Processo Legal e o Princípio da Ampla Defesa. Por ocasião da aplicação da lei, muitos advogados poderiam acreditar na violação desses Princípios e impetrarem Mandados de Segurança contra despachos dos juízes, acarretando uma grande sobrecarga de trabalho ao Órgão Especial. Mas os advogados, já sabendo como o Tribunal julga esses casos, têm o seu trabalho facilitado. Ações semelhantes já decididas anteriormente só são discutidas com profundidade se apresentarem nuances que justifiquem, senão serão julgadas por padrões anteriormente decididos, pois guardam identidade quase absoluta. As liminares concedidas para fornecimento de remédios ilustram bem o caso.

Qual a importância dos Encontros como os realizados em Búzios e em Angra dos Reis?

Nestes dois seminários foram aprovados Enunciados, que são decisões que demonstram o entendimento predominante nas diversas Câmaras, sobre matéria processual e de direito civil que estão se transformando em Súmulas. Foram também editados dois Avisos, o 32, que trata de matéria processual e direito substantivo e o 33, que trata de matéria processual. O próximo seminário será de direito penal.

Os Enunciados são divulgados pelo CEDES, pelo Diário Oficial, pela intranet e internet além dos livros que tratam da matéria como o lançado recentemente "Comentários aos Verbetes Sumulares do TJERJ", organizado pelo eminente Desembargador Humberto Manes, que reúne interpretações de magistrados sobre as Súmulas emanadas desta Corte de Justiça.

Nestes encontros há troca de experiências?

De experiências, de idéias e de afetividade. Os Desembargadores, por vezes ficam meses sem ver os colegas, senão os da própria Câmara. É uma oportunidade de nos conhecermos melhor, pois o relacionamento humano é importantíssimo e contribui para o enriquecermos o conhecimento.

MAGISTRADOS COMENTAM SOBRE UTILIZAÇÃO DO BANCO DO CONHECIMENTO

**Entrevista com a Juíza da 47ª Vara Cível,
Drª Andréa Gonçalves Duarte**

Como Vossa Excelência conheceu o Banco do Conhecimento?

Tomei conhecimento do Banco do Conhecimento através dos informativos enviados pelo serviço de e-mail. Logo de início, tive a certeza de que se tratava de uma idéia que ganhará, rapidamente, uma enorme expressão.



Qual a importância do Banco do Conhecimento no apoio à prestação jurisdicional?

As informações e os recursos disponibilizados são essenciais para a nossa atividade, mas o que mais me impressionou foi a rapidez e a exatidão em que as mesmas nos são repassadas. Sou assinante de duas "newsletters": da Síntese Publicações e do Consultor Jurídico. Ambas são muito boas, mas

o Banco do Conhecimento nada fica a dever a nenhuma das duas. Ao contrário, na maior parte das vezes, ele se mostra mais ágil e envia as informações antes das outras.

O que Vossa Excelência mais utiliza no Banco do Conhecimento?

Utilizo mais a busca por jurisprudência e por atos administrativos do Tribunal de Justiça e ambos os serviços são satisfatórios. Mas acredito que, com o passar do tempo e a troca de idéias entre os usuários e a equipe responsável, ele ganhará maior destaque e terá ferramentas de busca mais eficazes.

Quais são as sugestões de Vossa Excelência para contribuir com o Banco do Conhecimento?

Entendo que o "link" para ele deveria figurar na página inicial do Tribunal de Justiça, pois, atualmente, a localização ainda é difícil e exige uma procura menos rápida do que nosso trabalho necessita. Não só acho que o Banco do Conhecimento é essencial para a atividade dos magistrados, como para todos os profissionais do Direito, porque a centralização de informações que ele contém otimiza a busca que, antes, tinha que ser feita através de mais de um "site".

Sugiro também a criação de um banco de sentenças e de decisões de Primeiro Grau, com a inserção daquelas fornecidas pelos colegas, para que tenhamos acesso, a exemplo do que ocorre com os acórdãos, além da já mencionada facilitação de acesso.

A implementação do serviço e o investimento de pessoal será cada vez mais necessária, porque a demanda, com toda a certeza, crescerá. A equipe atual, no entanto, vem se mostrando não só competente, como, também, extremamente atenciosa e "paciente" com as nossas dúvidas.

Me coloco à disposição para contribuir com o Banco do Conhecimento e parablenizo a todos pelo excelente trabalho.

Entrevista com o Desembargador Gilmar Augusto Teixeira

Como Vossa Excelência conheceu o Banco do Conhecimento?

Por meio da *intranet*, durante a realização de pesquisas na Jurisprudência e na Legislação.

Qual a importância do Banco do Conhecimento no apoio à prestação jurisprudencial?

É muito importante porque permite o acesso à jurisprudência e à legislação imprescindíveis para realização de nossas atividades.

O que Vossa Excelência mais utiliza no Banco do Conhecimento?

A jurisprudência, a doutrina e a legislação.

Quais são as sugestões de Vossa Excelência para contribuir com o Banco do Conhecimento?

Uma das sugestões já foi implementada com a criação no Banco do Conhecimento do *link* denominado Suspensão dos Prazos Processuais. O link possibilita a consulta rápida aos feriados, recessos etc., de suma importância para verificação do excesso de prazo na instrução criminal, por exemplo.

Sugiro que o resultado dos Embargos Infringentes e de Nulidade seja divulgado para os Desembargadores, porque há questões de Direito que são enfrentadas e os julgadores que proferiram os votos na Câmara, que originariamente julgou o recurso, acabam por não conhecer da decisão da Câmara que julgou os Embargos.



EQUIPE DO SERVIÇO DE ESTRUTURAÇÃO DO CONHECIMENTO” SAI EM CAMPO” PARA DIVULGAR O BANCO DO CONHECIMENTO

A divulgação do Banco do Conhecimento do PJERJ visa, precipuamente, o fortalecimento do relacionamento do Serviço de Estruturação do Conhecimento (DGCON-SEESC), com os Magistrados e Servidores.



9º NURC - Nova Friburgo

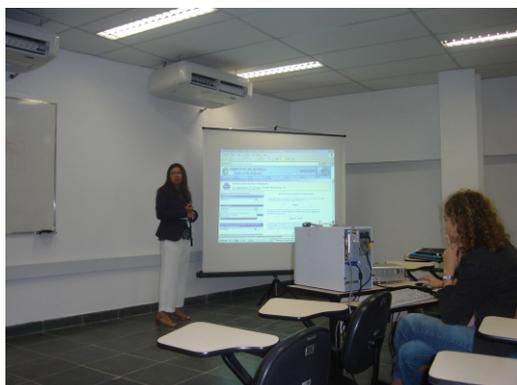
A equipe do SEESC tem investido no marketing interno com a finalidade de motivar a utilização do Banco do Conhecimento e fortalecer o pensamento sistêmico, a visão compartilhada e a idéia de que o engajamento de todos os “trabalhadores do judiciário” é essencial para o

aperfeiçoamento das atividades.

Nos dias 17 e 24 de julho, a equipe visitou, respectivamente, o 9º Núcleo Regional, em Nova Friburgo e o 11º Núcleo Regional em Cabo Frio, nesta oportunidade a chefe do SEESC, Mônica Soares, apresentou o Banco do Conhecimento para uma platéia de 70 Servidores e duas Magistradas, as Excelentíssimas Doutoradas Juízas de Direito Evelize Scheer e Larissa Pinheiro.



11º NURC - Cabo Frio



Arquivo Central

No dia 10 de agosto, o Banco do Conhecimento do PJERJ foi apresentado para os colegas do Arquivo Central e no dia 21 de agosto foi a vez de do 5º. Núcleo Regional, em

Volta Redonda, ser visitado, oportunidade em que estiveram presentes 82 Servidores e 07 Magistrados, os Excelentíssimos Doutores Juízes de Direito: Thiago Gondim de Almeida Oliveira; Antonio C. S. Bitencourt; Aroldo Gonçalves Pereira Junior; Marcelo Chaves Espindola; Alberto Pontes Garcia Junior; Luiz Cláudio Silva Jardim Marinho e o Juiz de Direito Dirigente do 5º NURC, Dr. Luiz Eduardo Cavalcanti Canabarro.



1ª Vice-Presidência

A 1ª Vice-Presidência também recebeu a equipe de divulgação do SEESC, no dia 23 de agosto, quando então conheceram todas as novidades disponibilizadas no Banco do Conhecimento.



BANCO DO CONHECIMENTO DISPONIBILIZA LINK COM INFORMAÇÕES SOBRE SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS

>> Acesse o Banco do Conhecimento

O Banco do Conhecimento do PJERJ, criado para facilitar cada vez mais as atividades dos profissionais do direito e para tornar o banco mais eficiente no mister de melhor auxiliar, divulgar e informar, disponibilizou no dia 17 de agosto de 2006, um *link* denominado Suspensão dos Prazos Processuais, que contém o calendário dos feriados e dos dias santos da Capital

A intenção é viabilizar o acesso da comunidade jurídica às informações das datas em que os prazos processuais foram suspensos na comarca da Capital, desde o ano de 1989.

O compartilhamento dessa informação foi possível em virtude da parceria da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento-DGCON com a Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais-DGJUR que colaborou com o Serviço de Estruturação do Conhecimento-DGCON/SEESC, fornecendo o referido calendário.

Os interessados em acessar na internet as informações sobre suspensão dos prazos processuais devem acessar a página do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e percorrer o seguinte caminho: Onde Encontro/Banco do Conhecimento/Suspensão dos Prazos Processuais.

Aproveite e envie uma sugestão. Saber o que você pensa é fundamental para a melhoria do Banco do Conhecimento.

Seesc@tj.rj.gov.br

Retorna à página inicial

CURSO DE DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

No período de maio a junho deste ano, ocorreu o 1º Curso de Gestão do Conhecimento para Gestores do PJERJ. Pelo seu caráter experimental, foi aplicado apenas a servidores da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON). O curso foi ministrado pelos professores Newton Fleury e Maurício Abreu, consultores da Fundação Getúlio Vargas, para a realização dos objetivos: "Reflexão sobre os conceitos, processos, práticas, métodos e ferramentas que fazem parte do domínio da disciplina Gestão do Conhecimento" e "Avaliação crítica sobre a aplicação da Gestão do Conhecimento no âmbito do PJERJ".

O Informativo Interação entrevistou Marcelo Filgueiras, Diretor Geral da DGCON, para que explicasse esses objetivos:

Marcelo, quais foram os objetivos pretendidos ao indicar o curso de Gestão do Conhecimento aos gestores da DGCON?

Esta capacitação faz parte da estratégia de implementação do conceito e das práticas de gestão do conhecimento no âmbito do PJERJ. Com o curso, objetivamos homogeneizar as noções básicas sobre o tema e, ao mesmo, criar um ambiente propício para repensarmos algumas ações já iniciadas e permitir o surgimento de

idéias inovadoras. E tudo isso com foco no oferecimento de produtos e serviços para contribuir com a entrega da prestação jurisdicional.



Professor Newton Fleury

Como o curso poderá contribuir para a redução de custos operacionais?

Não se pensou de imediato em vincular o conteúdo do curso com a redução de custos operacionais. Mas não restam dúvidas de que os conhecimentos adquiridos poderão fomentar a racionalização de atividades. De outro lado, é provável que, em futuro próximo, surjam idéias relacionadas ao desenvolvimento de iniciativas que possam gerar receita para o Fundo Especial do TJERJ.



Professor Mauricio Abreu

De que forma pretende-se estender o Curso aos demais servidores?

O objetivo é formar um grupo de servidores que funcionarão como agentes multiplicadores. Esta iniciativa está alinhada com a missão da própria DGCON e será uma oportunidade para constituirmos mais uma comunidade de propósito, na qual seus componentes poderão agora com o suporte da DGTEC usar ferramenta (virtual) de



Servidores da DGCON que participaram do 1º Curso de Gestão do Conhecimento

colaboração.

SOLENIIDADE EM HOMENAGEM AO MINISTRO AGUIAR DIAS

No dia 23 de agosto de 2006, o Museu da Justiça realizou no Salão dos Espelhos, o lançamento da 11ª edição do livro "Da Responsabilidade Civil" de autoria do Ministro José de Aguiar Dias, atualizado por Rui Berford Dias, seu filho. No Salão Nobre foram instalados uma vitrine, um busto em bronze e um retrato a óleo, em homenagem ao insigne jurista.

A noite memorável foi prestigiada por grandes figuras do Poder Judiciário fluminense.



O presidente do Museu da Justiça, Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos foi representado pelo Desembargador Décio Xavier Gama que abriu a série de homenagens.

O ilustre Desembargador Antônio Isaias da Costa Abreu brindou a todos com um discurso enaltecendo a figura de Aguiar Dias, e frisou que, com aquela homenagem, que perpetua em bronze a imagem do ministro José de Aguiar Dias, o presidente Sergio Cavalieri Filho, com o suporte do Museu da Justiça do Estado do



Rio de Janeiro, busca reabilitar a memória desse eminente magistrado e jurista, que tanto fez pelo Direito pátrio, a fim de que seu exemplo sirva de inspiração às gerações futuras.

Ressaltou, ainda, que durante a administração do presidente Marcus Antonio de Souza Faver, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, homenageou o brilhante jurista, falecido em 1996, dando, ao Fórum Regional da Ilha do Governador, o seu nome.



Museu da Justiça

PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL & VISUAL DO PODER JUDICIÁRIO

Entrevista n.º: 111

Data: 19 de agosto de 2004

Local: Museu da Justiça

Entrevistado: *Rui Berford Dias*

Profissão: Advogado.

Entrevistadores:

Coordenador: *Luiz César Bittencourt Silva - Desembargador*

Entrevistador: *Jorge Luís Rocha - Historiador*



ENTREVISTA

Entrevistador: Seu nome por gentileza?

Rui Berford Dias.

E: Profissão?

RBD: Advogado.

E: Data e local de nascimento?

RBD: Eu nasci no Rio de Janeiro, em 27 de março de 1947.

E: Por qual instituição de ensino superior V. Sa. formou-se em Direito?

RBD: Faculdade de Direito Cândido Mendes, no Centro. Não existia ainda a faculdade de Ipanema.

E: E qual foi a sua turma? O ano?

RBD: 1970. Turma de 70.

E: V. Sa. exerce ou exerceu outras atividades além da Advocacia?

RBD: Sim, digamos que relacionada à Advocacia, em função da Advocacia. Em 1974 fiz concurso para a Petróleo Brasileiro SA, PETROBRÁS, e lá fiz a minha carreira praticamente inteira. Fiquei 29 anos na PETROBRÁS. É uma vida, não é? Eu saí no ano passado, em fevereiro de 2003. Lá dentro, como eu disse, fiz a carreira. Entrei como advogado na área de contratos, onde fiquei cinco anos; depois fui ser o chefe

da Divisão de Direito Civil e Comercial... Já era uma área litigiosa e eu pude defender os interesses da PETROBRÁS; principalmente no Tribunal de Justiça e no antigo Tribunal de Alçada também que ainda existia. Depois eu voltei para a área de contratos já como chefe de toda a área, de todo o Brasil. Em seguida, eu fui ser o Superintendente Adjunto e terminei minha vida como Chefe de Serviços Jurídicos da PETROBRÁS.

E: Por que quis se tornar advogado? Há tantas carreiras possíveis...

RBD: Eu acho que essa é a pergunta mais fácil, porque em casa agente respirava Direito. Eu era ainda muito criança e já brincava com os livros da biblioteca do meu pai. Era uma biblioteca maravilhosa. Nós morávamos numa casa... Tive o privilégio de ter morado ainda numa casa nesse Rio de Janeiro sujeito a essa avassaladora destruição de tantas casas antigas e construção desses espigões. E eu morei numa casa na Tijuca. Na Rua Maria Amália, 657. E lá, papai tinha uma biblioteca. Livros, enfim, importados com os quais eu brincava. E papai até deixava que eu manuseasse esses livros porque ele dizia que o primeiro contato de uma criança devia ser com os livros. E a partir daí, eu fui aos pouquinhos me apaixonando; vendo... a utilidade que um advogado tem na sociedade. Me encantei. Acabei seguindo a carreira.

E: V. Sa. é filho do magistrado...

RBD: *José de Aguiar Dias.*

E: De alguma forma a figura do seu pai influenciou efetivamente sua formação como advogado, para além da questão do "brincar com os livros"?

RBD: Sem dúvida, sem dúvida. Foi dele, tenho absoluta certeza, toda a minha linha de atuação posterior já como profissional. Ou seja, a linha de seriedade, a linha de estudo, a linha de buscar justiça ainda que ela não estivesse tão clara às vezes nas leis; mas fazer justiça. Acho que esse já vem dos brocados romanos: dar a cada um o que é seu... proceder honestamente; enfim, todos aqueles (...) princípios que acompanham a pessoa para o resto da vida.

Coordenador: Seu pai foi juiz no Distrito Federal, não é?

RBD: *Foi juiz aqui no Distrito Federal.*

C: Qual a área dele?

RBD: Ah, sempre foi a área civil. Embora ele tivesse num tempo assumido uma vara criminal ficou pouco tempo lá. Mas, basicamente, na área civil. Tem algumas curiosidades. Apesar de ser reputado magistrado extraordinário com sua capacidade de decidir, o seu esforço todo em - naquela época se falava - "limpar trilho", ou seja, esvaziar os escaninhos -; ele só veio a ser promovido para o Tribunal de Justiça por antiguidade. Mas, logo em seguida... Ficou muito pouco tempo aqui no Tribunal. Logo em seguida ele foi a ministro do antigo Tribunal Federal de Recurso; hoje, Superior Tribunal de Justiça. Isso em 1961, 62, por aí. Como era uma pessoa absolutamente independente e, sobrevivendo o golpe militar de 64, ele foi cassado. Foi o 23º da lista. Havia dois magistrados só nessa primeira lista: ele e o Osny Duarte Pereira. Foi a lista número "1", o Ato Institucional N.º 1...

Eles estavam fora, estavam num congresso internacional, fora, e ficou exilado aproximadamente uns seis meses. Só, então, ele retornou ao Brasil e, numa demonstração de que o homem que faz bem sempre vai colher a diante, no seu retorno, ele foi recebido dentro do avião por funcionários públicos, ou seja, a própria polícia federal que o protegeu para tirá-lo de forma que ele não sofresse nenhum tipo de constrangimento.

C: Doutor, eu acho que essas listas, no AI-5 e no AI-1, não foram explicadas. Tenho razão?

RBD: Exato.

C: O quê o senhor acha? Por quê?

RBD: Olha, eu acho que houve uma mistura de...

(...)

Nada! Atribuem, por exemplo, a cassação do meu pai a uma inveja de... um conhecido jurista da mesma época dele. Mas também isso não está confirmado e também tem muito pouco fundamento. Eu acho que o próprio movimento militar quis afastar esse tipo de juiz. Juízes que eram independentes, que pronunciavam seus votos sem olhar a quem, ou seja, procuravam efetivamente fazer justiça.

C: Seu pai sofreu algum trauma com isso ou não?

RBD: Não, porque o papai sempre foi uma pessoa muito equilibrada. Quem teve o privilégio de conhecê-lo, sabe disso. Ele, obviamente, ficou muito agastado com toda a situação, mas, retornando ao Tribunal do qual fazia parte, imediatamente fez um requerimento para a restituição dos seus proventos integrais - que haviam sido cortados em parte. Ou seja, a aposentadoria dele foi proporcional. Ele brigou administrativamente no Tribunal, fez prevalecer o seu direito ao provimento integral. Recebeu isso. Imediatamente ele recebeu um convite do doutor Miguel Lins, antigo advogado do Rio de Janeiro, da área fiscal e tributária mas que nessa época o escritório estava procurando estender mais a sua área de atuação. Papai foi lá para o escritório como consultor. Aí trabalhou aproximadamente até 1968, 69, quando abriu um escritório próprio e eu fui trabalhar então com ele. Ficamos trabalhando. Trabalhei até 74. Como eu disse, entrei para a PETROBRÁS e ele ficou como parecerista até pouco antes de falecer.

C: Faleceu em que ano?

RBD: Faleceu... Esse ano faz sete anos.

C: Ele não tinha como receber as benesses... da distensão?

RBD: Não, porque ele... Não só ele, mas outras pessoas que tinham o orgulho da sua história e sempre afirmaram: "- Nós não pedimos para ser cassados e não vamos pedir que venham a nos conceder algum tipo de benesse." - como foi muito bem classificado...

C: Quer dizer que ele não voltou para o Tribunal?

RBD: Não. Jamais voltou ao Tribunal. Só voltou como advogado...

C: Sim, mas não como membro do Superior Tribunal?

RBD: Jamais, jamais...

E: Só uma dúvida que me surgiu: em 60 quando da inauguração de Brasília, seu pai estava em que Tribunal?

RBD: No Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

(...)

(...)

E: O Senhor lembra de algum impacto sobre a profissão do seu pai? Quer dizer, ele chegou a comentar alguma coisa sobre essas transformações que estavam acontecendo?

RBD: Não, nessa ocasião também não tinha tanto contato assim com a profissão em si. Eu via papai trabalhando muito, levando processos para casa, mas eu tinha a minha vida normal de adolescente nessa ocasião. Então, não me recordo de algum fato assim marcante que tivesse influenciado ou que ele tivesse feito algum tipo de pronunciamento. Era muito comum também os juízes antigamente se posicionarem com relação aos fatos de natureza política, social, econômica que estavam acontecendo naquela ocasião. Mas não me lembro de um fato relevante.

E: Bom, e quanto da fusão? O Senhor já era advogado nesse período... O senhor mesmo, como sentiu isso?

RBD: Olha, os advogados que atuavam exclusivamente aqui no Rio de Janeiro, antigo estado da Guanabara - eu aí me incluo entre eles... Nessa época, nós já estávamos no nosso escritório, não no Miguel Lins, já tínhamos saído de lá - entenderam a fusão como uma violência em relação ao estado da Guanabara. Não havia, em princípio, justificativa para a fusão no nosso ponto de vista. Era um Estado que àquela ocasião se encontrava com suas finanças bem posicionadas e o estado do Rio antigo tinha exatamente o cenário contrário. Em relação à fusão da magistratura em si, não tínhamos nada a comentar enfim. Por que? Porque, de ambos os lados, existiam figuras brilhantíssimas. Tanto lá no Tribunal antigo quanto no Tribunal da Guanabara. Eu acredito até que somou experiências que foram proveitosas para a atuação dos advogados.

E: O Senhor atuando no Tribunal de Justiça já então representando os interesses da PETROBRÁS. É possível fazer um paralelo entre o Tribunal de hoje e o do período em que o senhor atuava nesses corredores?

RBD: Olha, eu acho que possível é. Na minha época, pelo menos no início quando eu já estava na área litigiosa da PETROBRÁS, o que nós sentíamos é que não havia um, eu diria, um conhecimento tão profundo de áreas específicas como era - por exemplo - a área de petróleo e gás. Havia uma visão muito mais civilista e menos publicista desses temas, que depois se tornaram temas atuais e temas que provocaram e provocam sempre muita celeuma. Deve-se conservar o monopólio?

Não se deve conservar o monopólio? A PETROBRÁS tem algum privilégio na realização dos seus contratos ou não? Realiza contratos administrativos? Realiza contratos de natureza civil apenas? Enfim, temas que envolviam a PETROBRÁS e que eram tratados, eu diria que, não com tanta profundidade porque a quebra do monopólio veio muito tempo depois - só com a Emenda Constitucional n.º 9. Só aí, então, esses temas passaram a ser de interesse maior por parte do Tribunal. O que quê vinha para o Tribunal decidir mesmo? Basicamente eram questões... Ou questões de responsabilidade civil. Há uma tendência natural, até do juiz, de buscar uma absolvição. Ela tende normalmente para a vítima... Ou eram questões de natureza trabalhista que iam para o foro próprio.

E: O Senhor mencionou, inclusive, a questão do papel da PETROBRÁS e das responsabilidades que, muitas vezes, essa empresa se vê cobrada. Há alguns anos atrás a empresa chegou a ser processada por poluição na Baía da Guanabara...

RBD: É verdade.

E: Isso, claro, por forte pressão da opinião pública. Como o senhor vê o papel da opinião pública sobre o poder Judiciário e sobre as empresas que têm de prestar contas a essa opinião pública?

RBD: Eu vejo como uma forma extremamente negativa. Eu acho, sim, que deve haver uma conscientização e cada vez maior - está até ocorrendo - no sentido das pessoas acreditarem no Judiciário como uma via adequada para a solução das controvérsias que vão permeando suas vidas. Mas jamais como uma forma de pressão sobre o Judiciário. Acho que o Judiciário deve se manter independente e deve resistir a qualquer tipo de pressão. Seja essa pressão política, seja ela uma pressão popular. Por mais justificativas, por maiores que sejam as razões existentes para o nascimento desse tipo de pressão.

E: Como advogado, o que pensa das propostas de controle externo do poder Judiciário?

RBD: Eu acho que não tem nenhum sentido o controle. Acho que o Judiciário já tem um controle adequado que é o controle feito pelos tribunais superiores; que é o controle feito por meio das suas corregedorias no caso dos servidores e pelo Conselho da Magistratura em relação aos magistrados; e também o controle de outra natureza, que é o controle do próprio Tribunal de Contas em relação à lisura, à eficácia, à regularidade das suas contas. Então, acho que dispensa qualquer outro tipo de controle. Mais parece um controle político do que um controle que persiga o objetivo de uma justiça mais célere, mais - enfim - justa em relação aos jurisdicionados.

E: O Senhor mencionou anteriormente que também atuou nos Tribunais de Alçada. O que pensa V. Sa. da fusão dos graus de instância que levou a extinção daqueles tribunais?

RBD: Acho que foi absolutamente adequado. Eu acho que não se justificava. O Tribunal de Alçada acabava funcionando como um tribunal de segunda classe. Acho que foi uma medida absolutamente correta e que foi, aliás, seguida pelos demais tribunais do país. Eu não via com bons olhos dividir a competência entre os

tribunais seja em razão da matéria, seja em razão do valor da causa. Achava que era uma forma de diminuir mesmo os juízes que ali se encontravam. É certo que, por vezes, os juízes que alçavam ao Tribunal de Alçada podiam ainda não ter uma experiência suficiente para galgar imediatamente o Tribunal de Justiça, e aí o Tribunal era tido até como uma espécie de escola preparatória para os juízes chegarem ao Tribunal de Justiça. (Risos.) Mas eu não via dessa forma. Eu via mesmo como um tribunal que, em lugar de prestigiar, desprestigiava os juízes que ali se encontravam.

E: A magistratura fluminense da atualidade tem como uma de suas características mais marcantes a presença de juízes muito jovens... Pela experiência que teve em sua carreira como advogado, o que o Senhor pensa da pouca idade dos nossos juízes?

RBD: Olha, para ser absolutamente sincero, acho um desastre, porque os juízes mais jovens não têm experiência sequer de vida. Acho que não se forma um bom juiz, assim como não se forma um bom advogado, a não ser com o tempo. O tempo é o melhor professor para várias coisas. Entre elas, traz a experiência. Entre as boas coisas que o tempo traz é a experiência que vai sendo acumulada e que vai sendo ferramenta para a aplicação ou para a atuação. Seja um magistrado ou um outro profissional, mas principalmente para o magistrado. Como é que, por exemplo, pode uma juíza que acabou de sair da faculdade, que não viveu um problema de separação, que não viveu uma dor de cotovelo muito séria, que não teve um problema de guarda de filho etc... julgar um caso que tenha esses componentes? Acho muito difícil. Assim também... Há um excesso de poder concentrado na mão desses juízes que, por isso mesmo, às vezes, procura até se proteger. Se protegem dos advogados, se protegem das partes, se protegem até deles mesmos, com o objetivo de não errarem mais do que o devido.

E: Em nossos dias também se questiona muito a atuação dos órgãos de representação de classe. Há, inclusive, um movimento de advogados que não entendem ou não aceitam o monopólio exercido pela Ordem dos Advogados na profissão. Como o Senhor vê o papel da Ordem na atividade profissional que o senhor exerce?

RBD: Enquanto órgão regulador, acho que a crítica não procede de jeito nenhum. Acho que a profissão deve ter um órgão regulador que puna os maus advogados; que estabeleça orientações - que é o papel, por exemplo, do Tribunal de Ética -; que, enfim, dê o norte para os advogados de uma forma em geral. Mas, mero reguladores da profissão e não um regulamentador... Também não tem o poder de fazer leis. São meros reguladores da profissão. Agora, com relação à atuação da Ordem numa das competências e essa sim é criticável, se propõe até a supressão dessa competência, de indicar membros para compor os tribunais. Aí acham que... Na minha opinião, a experiência se mostrou interessante e deve continuar. O que acontece é que a sociedade, de uma forma em geral, vive de uma forma cíclica. Não é uma continuidade da história. A história dá saltos e, em consequência, há fases muito ruins ou indicações muito ruins para o Tribunal que acabam de uma certa forma desmerecendo até... Fazendo com que se confronte a competência para essa indicação. Mas, eu acho, que a indicação deve prosseguir.

Acho saudável. Acho que o advogado, indo para o Tribunal, traz a sua bagagem de advogado. Ele enriquece o Tribunal com essa experiência. Não é só a experiência do magistrado ou do membro do Ministério Público. Também a do advogado vem enriquecer e somar a composição do Tribunal.

E: O senhor já participou de uma das listas para o Quinto?

RBD: Não, nunca participei. Sempre levando muito a sério um compromisso que, na Ordem, o nosso grupo tinha no sentido de que advogados que estivessem integrando a Seccional não poderiam concorrer. Eu tenho ciência de que isso foi, em algumas situações, desrespeitado e houve até algumas indicações que a própria classe acabou por repudiar. E alguns outros incidentes também. Tipo devolução de listas por não preenchimento de requisitos básicos. Até a propósito disso tem uma história que chegou a integrar o nosso anedotário forense. Teria ocorrido em Brasília: diz-se que um funcionário de um tribunal superior se aproximou de um ministro e disse que ia também se habilitar a integrar uma das listas para a nomeação para o Supremo Tribunal Federal. Ao que o ministro disse: "- Bom, mas você... Têm esses requisitos constitucionais?". Ele disse: "- Ah, Ministro! Eu sou maior de... Tenho 35 anos, sou brasileiro nato." Aí o ministro: "Ah, mas está faltando um, que é o notório saber." E o funcionário, então, respondeu: "- Bom, esse o decreto me dá." Por vezes isso também acontece.

E: O Senhor chegou a exercer algum cargo dentro da estrutura da Ordem dos Advogados?

RBD: Eu cheguei... Não, dentro da estrutura da Ordem não. Eu sempre integrei a Comissão de Ética e Disciplina. Posteriormente, com a criação do Tribunal, eu também integrei o Tribunal. E, como era já um dos advogados mais antigos ali dentro da Ordem, eu fazia parte das sessões plenárias, dos grupos etc. Enfim, eu me dediquei muito à Ordem nesse tempo que eu estive lá.

E: Foram 10 anos?

RBD: *Foram 10 anos.*

E: Continuando nossa entrevista, eu pergunto ao nosso entrevistado sobre o processo criativo que seu pai executava na elaboração de seus livros?

RBD: Há um fato que eu reputo interessante para a nossa conversa e que... O qual pouca gente tem conhecimento...

(...)

Quanto ao fato interessante do qual pouca gente tem conhecimento e que diz respeito ao principal livro dele, que é o **Da responsabilidade civil**. Foi considerado uma obra clássica na matéria e citado até hoje. Aliás, eu estou devendo a atualização do livro que eu pretendo fazer. O centenário do papai vai ocorrer agora em agosto de 2006. Eu estou até verificando da possibilidade do próprio Tribunal fazer algum tipo de movimento para lembrar a data que eu acho que é uma data importante.

(...)

Mas um dado interessante em relação a essa obra é que as pessoas imaginavam: "- O ministro fez essa... Deve ter feito essa obra já com uma idade um pouco mais avançada. É fruto da experiência dele." Nada disso. A obra foi feita para servir de título para o concurso de juiz.

(...)

Então, ele sentou simplesmente e disse: "- Olha, eu preciso aumentar aqui os meus pontos no concurso de juiz." Sentou e simplesmente fez aquela obra que hoje ainda é a obra mais citada no âmbito da responsabilidade civil. Então, é um processo criativo dele e ele continuou isso. Sempre foi assim. Quer dizer, ele tinha a idéia na cabeça. Uma hora ele se sentava e escrevia praticamente de um jato. Todas as coisas que ele escreveu foram assim. Os pareceres também eram assim. As secretárias, que trabalharam no nosso escritório, sempre se surpreenderam muito porque as folhas continham poucas rasuras. Ele escrevia direto. O raciocínio ia fluindo porque tudo já estava pronto dentro da cabeça. Esse era o processo criativo do meu pai.

E: Encerrando a nossa entrevista, eu vou fazer uma pergunta desdobrando-a em duas partes: nós sempre encerramos pedindo ao nosso entrevistado que fale sobre um episódio particularmente marcante em sua carreira. Gostaria, então, que o senhor falasse sobre a sua carreira e sobre a carreira de seu pai. Dos fatos que tenham sido marcantes. Um para o seu pai, um para o senhor.

RBD: Eu acho que marcante para mim foi o desagravo que eu recebi da Ordem dos Advogados do Brasil, após um incidente na própria PETROBRÁS. Era a época das concessões de liminares para a retirada de derivados de petróleo nas refinarias. E as empresas que requeriam essas liminares, normalmente eram empresas que não recolhiam por sua vez os tributos que incidiam sobre esses derivados de petróleo e acabavam fazendo uma concorrência absolutamente desleal e desbalanceada, desorganizando mesmo todo o mercado produtivo da área de petróleo. Pois bem, uma dessas empresas requereu uma liminar para receber uma quantidade tão absurda, mas tão absurda de derivado de petróleo - se não me engano era gasolina tipo "A" e óleo diesel de uma refinaria que só ela, sozinha, ocuparia a produção de um dia inteiro da refinaria. Eu procurei explicar a um desembargador federal, da Segunda Região, de que essa empresa não havia indicado ao fazer o pedido a forma como ela receberia esse produto, a forma como ela pagaria o produto e, mais: lembrava o fato de que a refinaria tem uma programação. Não pode simplesmente chegar e empacar toda a produção porque isso faz com que a refinaria deixe de atender outros compromissos já agendados. Pois bem, o desembargador, nesse processo específico, não levou em consideração nenhuma das minhas justificativas e determinou a minha prisão. Eu fui preso, fiquei preso por sete horas ainda por descumprimento de uma ordem judicial que, a toda evidência, era uma ordem que não tinha nenhuma justificativa. A Ordem me fez, então, um desagravo em relação a esse episódio e esse eu acho que foi o momento mais marcante da minha vida.

Na vida do papai foram tantos os fatos... O posicionamento dele sempre de independência. Existem alguns fatos que os colegas mais antigos dele podem se recordar, _ Ele enfrentou a fúria dos Diários Associados como juiz independente que era e sofreu uma enorme perseguição por isso. Quando ele, enfim, foi cassado pelo golpe militar - que é outro acontecimento também -, o seu retorno como advogado, nos seus pareceres. As homenagens que foram prestadas posteriormente; a medalha Pedro Ernesto, aqui no Rio de Janeiro, foi extremamente sensível. Até o Osny, que era vivo nessa ocasião e contou um fato curioso também. Eles estavam em Paris os dois, ocupando o mesmo quarto de hotel, e o Osny queria mostrar como o papai era como pessoa e disse: "- Para terem idéia: nós tínhamos uma vida um pouco diferente. O Aguiar tinha por hábito dormir cedo, acordar cedo, se dedicar às suas atividades e tal. E eu, ao contrário, sempre fui notívago." E ele dormia muito tarde, portanto, acordava tarde. Aí ele falou assim: "- O Aguiar acordava cedo e não se mexia na cama para que eu não acordasse." Quer dizer, esse era o papai! Quer dizer, ele tentava respeitar o máximo que ele podia os seus amigos, a sua vida e o tempo em que ele viveu. Muito obrigado pelas perguntas.

(...)

E: Muito obrigado.

CONCURSO DE MONOGRAFIAS

O Museu da Justiça promove o III Concurso de Monografia, direcionado a todos os estudantes de Direito do Brasil sobre Responsabilidade Civil para comemorar o centenário de nascimento do Ministro JOSÉ DE AGUIAR DIAS.

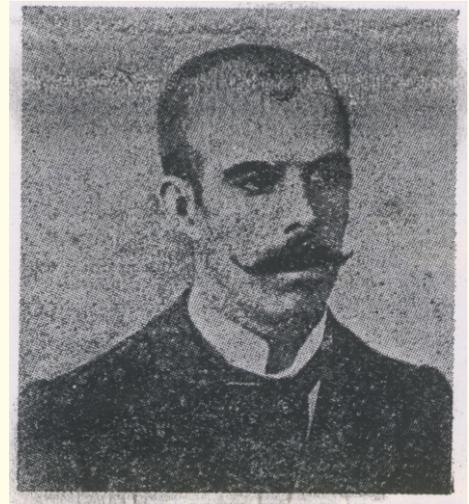
Os trabalhos deverão ser entregues de 24 de julho a 24 de novembro de 2006 no Museu da Justiça, situado na Rua Dom Manuel, 29, 3º andar, das 11 às 17 horas ou remetidos pelo Correio, para aquele endereço.

A premiação constará de livros jurídicos oferecidos pela EDITORA LUMEN JURIS, que apóia o evento.

GALERIA DOS PRESIDENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ANTIGO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

É um sucesso a campanha deflagrada pelo Departamento de Gestão da Memória Judiciária, divulgada sistematicamente pelo Informativo Interação, com vistas a completar a Galeria dos Presidentes do antigo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Em julho, o Museu da Justiça incorporou mais uma fotografia a seu acervo. Agora o Des. Valentim Coelho Portas, nomeado presidente da Corte de Apelação em 1938, já figura estampado junto de seus pares que fizeram a história da Presidência do PJERJ.



A campanha prosseguirá até que a galeria esteja completa. Para tanto ainda faltam as fotografias do Des. João Gonçalves Gomes de Souza, do Des. José Antônio Gomes, do Des. Carlos José Pereira Bastos, do Des. Bernadino Cândido de Almeida e Albuquerque e do Des. Zótico Antunes Baptista. Magistrados, servidores, colecionadores, familiares e conhecidos dos presidentes que possuam as fotografias e desejem doá-las, podem entrar em contato com o Museu da Justiça situado na Rua Dom Manuel, 29, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro. O e-mail é dgcon-degem@tj.rj.gov.br , e os telefones para contato são: (21) 2588-3768 e 2588-3766.

O NOVO CÓDIGO CIVIL À LUZ DO DIREITO ROMANO

O programa de atualização cultural em História do Direito do Museu da Justiça realizou nos dias 28 a 31 de agosto, no antigo plenário da Corte de Apelação do Distrito Federal, o curso "O Novo Código Civil à luz do Direito Romano", sob a coordenação do Desembargador Luiz César Aguiar Bittencourt Silva.



compreensão da relação entre a produção do Direito e o desenvolvimento da sociedade e discutiu os principais marcos históricos e jurídicos do Direito.

A consciência crítica na formação do profissional do Direito e o estímulo ao debate entre os dois campos do conhecimento humano,

O curso proporcionou aos alunos a História e Direito, também foram incentivados durante as aulas.

DA CORTE DE APELAÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (1891 1960)

Fotografias

Desembargador Eduardo Pindaíba de Mattos, que presidiu a instalação da Corte de Apelação do Distrito Federal em 9 de março de 1891.

Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Antiga residência do conde da Barca, na Rua do Passeio. Nesse prédio, já demolido, funcionou, durante algum tempo, a Corte de Apelação do Distrito Federal.

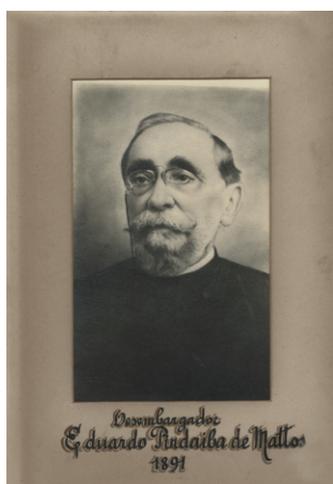
Fonte: Site www.stf.gov.br.

Casarão da Rua Luís de Camões, sede da Corte de Apelação do Distrito Federal de 1913 a 1926. Atualmente abriga o Centro de Artes Hélio Oiticica.

Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Palácio da Justiça da Rua Dom Manuel, onde se instalou a Corte de Apelação do Distrito Federal em 7 de novembro de 1926. Hoje abriga, no terceiro andar, a sede do Museu da Justiça.

Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



Texto

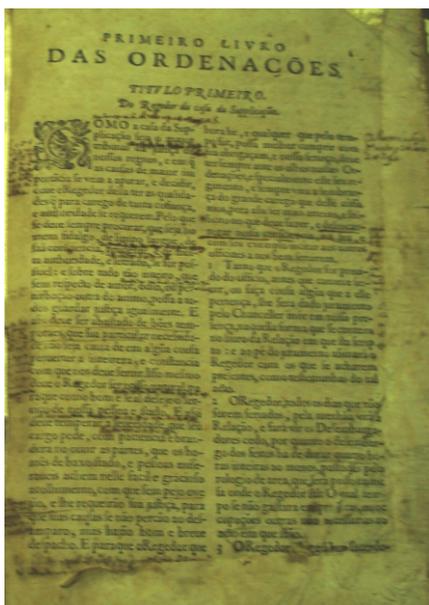
Após a Proclamação da República, passou-se a ter, distintamente, a justiça do Estado do Rio de Janeiro e a do Distrito Federal, vindo esta a ser organizada, ainda na vigência do Governo Provisório, pelo Decreto n 1.030, de 14 de novembro de 1890. A *Corte de Apelação*, o tribunal de mais elevada instância do Poder Judiciário do Distrito Federal, compunha-se de doze magistrados e dividia-se em duas câmaras, uma cível e outra criminal, tendo ainda um Conselho Supremo, formado pelo presidente, pelo vice-presidente e pelo juiz mais antigo.

Instalou-se a Corte de Apelação do Distrito Federal em 9 de março de 1891, no antigo

edifício da Relação, na Rua do Lavradio, sob a presidência do desembargador Eduardo Pindahyba de Mattos. No ano seguinte, ocupou provisoriamente a antiga residência do Conde da Barca, na Rua do Passeio, prédio onde se alojara, em 1808, a *Impressão Régia* (antigo nome da Imprensa Régia). Transferiu-se, em 1913, para um casarão na Rua Luís de Camões, nele permanecendo até 7 de novembro de 1926, data da inauguração do Palácio da Justiça, na Rua Dom Manuel, construído especialmente para lhe servir de sede.

Nos termos da Constituição de 1937, a Corte de Apelação do Distrito Federal passou a chamar-se *Tribunal de Apelação*, designação posteriormente alterada para *Tribunal de Justiça* pela Constituição de 1946. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal foi assim denominado até 1960, quando ocorreu a transferência da Capital da República para Brasília e a criação do Estado da Guanabara.

ORDENAÇÕES FILIPINAS



A Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, possui um acervo de mais de 2.800 volumes de obras raras. Dentre elas destacamos as Ordenações Filipinas original, datada de 1603, que mantemos exposta em nossa vitrine principal.

As Ordenações, ou leis, foram criadas em Portugal por volta de 1.300. Passados mais de um século, em 1440, Dom Afonso V, Rei de Portugal na época, realizou uma análise, e depois de algumas modificações compilou as leis que passaram a ser chamadas de Ordenações Afonsinas. Em 1495 ascende ao trono Dom Manuel que resolve elaborar uma nova compilação, concluindo o trabalho em 1521, as Ordenações Manuelinas.

Na época do domínio castelhano, Felipe I, político hábil, quis demonstrar aos portugueses o respeito pelas leis tradicionais do país, promovendo a reforma das ordenações, porém, mantendo a mesma estrutura e arrumação de matérias que já se verificara nas Ordenações Manoelinas. Seus autores foram Jorge de Cabedo, Paulo Affonso, Pedro Barbosa e Gaspar Louzada conservaram também o critério estabelecido a respeito do preenchimento de lacunas. Ela ficou dividida em cinco livros, a saber: Livro I com 100 títulos; Livro 2, com 63 títulos; Livro 3, com 98 títulos; Livro 4, com 107 títulos; e Livro 5, com 143 títulos. As Ordenações Filipinas foram sancionadas em 1595, mas sua impressão se deu em 1603 e vigoraram em Portugal até 1867.

As Ordenações abordam assuntos que vão desde as leis, até como deveria ser o comportamento dos funcionários do sistema judiciário. No Brasil, que ainda era governado por Portugal, esta foi adotada como base para as leis e normas e muitas delas estiveram em vigor até 1939 e são consideradas como as raízes da Constituição Brasileira.

NOVIDADES EM ARQUIVOLOGIA

Rosângela de Jesus Gomes, chefe do Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos



Permanentes, participou do II Congresso Nacional de Arquivologia, em Porto Alegre, representando o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento. Na ocasião foi abordado o tema "Desafios do Arquivista na Sociedade do Conhecimento", tendo como objetivo a atualização dos conhecimentos na área, e conseqüente repasse aos colegas do DEGEA.

Na aula ministrada nas dependências do Arquivo Central, em São Cristóvão, Rosângela transmitiu informações acerca das novidades apresentadas no Congresso, afirmando ser de fundamental importância (a exemplo dos trabalhos apresentados no Congresso) o registro

sistemático do *case* DEGEA-Gestão de Documentos e Arquivos", tanto para a garantia da memória institucional como para contribuir, por meio de exposições e publicações, para o desenvolvimento de estudos, projetos e melhores práticas arquivísticas. Dentre os temas de relevância, deu especial destaque à gestão de registros, ao sistema informatizado ARQGER e a Comissão Permanente de Avaliação Documental.

.....

O **Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON/SEGAP)** recolhe ao acervo permanente os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que registram a trajetória do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.



No SEGAP os documentos recolhidos passam por uma série de procedimentos que se iniciam com a triagem (ocasião em que os documentos que não têm condições de guarda são eliminados para evitar a deterioração dos demais), higienização, identificação, cadastramento e ao final são arquivados no Centro de Informações do Arquivo Central em São Cristóvão.



Nem sempre as estruturas organizacionais do Poder Judiciário Fluminense estão completas e acessíveis. Assim, é atribuição do SEGAP resgatar, por meio de pesquisa, as origens da justiça desde a criação da Relação do Rio de Janeiro em 1751 - 1º Tribunal instituído na região -, utilizando as estruturas ou proveniências. Os autos processuais têm um cunho secundário, servindo como lastro da instituição onde tramitou.

O Informativo Interação republica a foto da matéria sobre o grupo de estudo da proveniência do acervo documental de Campos dos Goytacazes, em razão do equívoco no nome da estagiária Isabele.



Da esquerda para a direita: Rosângela, Marcus Vinicius, Isabele e Gilberto, integrantes do grupo de estudo da proveniência do acervo documental de Campos dos Goytacazes.

DGCON-DEGEA MARCA PRESENÇA NO XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA

Aconteceu no Rio de Janeiro, de 23 a 28 de abril, o XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia que abordou o tema "Arquivologia e a Construção Social do Conhecimento".

Maria Rosa Torres Suzana, chefe do Serviço de Gestão de Instrumentos Arquivísticos, DGCON/SEGIA, compartilhou com os colegas do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos as questões debatidas no Congresso, tais como o impacto do formato digital na produção, tramitação, uso, arquivamento, acesso e destinação dos documentos e a preocupação com a autenticidade e fidedignidade por parte dos profissionais de arquivo.



Enquanto os profissionais de Tecnologia da Informação enfatizam a rapidez e a eficiência da transmissão da informação, os de Gestão de Documentos focam na unicidade e integridade da documentação.

Nos documentos digitais é difícil a distinção entre o que é original e o que é cópia, e com o surgimento de novas tecnologias ainda há indagações se há, de fato, segurança de que no futuro ainda existirão os instrumentos leitores da mídia onde atualmente são lançadas as informações.

Pelo que foi exposto pela servidora, ficou claro que ainda serão necessários outros debates e maiores esclarecimentos para que tenhamos segurança antes de acreditar na substituição do papel como principal meio de suporte de informações.

[Retorna à página inicial](#)

Canal Aberto

Queremos a sua participação!

Envie-nos suas dicas, críticas, sugestões, histórias, poesias, dúvidas e elogios.

Este espaço é todo seu!

Contamos com você na próxima edição.

Contate-nos pelo e-mail sedif@tj.rj.gov.br ou pelo telefone 2588-2742

O **Serviço de Pesquisa Jurídica** (SEAPE) da **Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento** (DGCON) é responsável pela realização de pesquisas de jurisprudência e legislação na base de dados do TJERJ. A equipe realiza um atendimento personalizado que prioriza os magistrados e seus assessores a obter informações relevantes para a construção do julgado. Nestes casos, a pesquisa poderá ser ampliada para outros sites governamentais,

tais como: Tribunais Superiores, Tribunais de outras Unidades da Federação, ALERJ, Senado, Planalto.

As solicitações de jurisprudência e de legislação são feitas por telefone (2588-3507) ou por correio eletrônico (jurisprudencia@tj.rj.gov.br). Além das pesquisas jurídicas, os usuários da página da jurisprudência do TJERJ também podem solicitar auxílio nas pesquisas ou apresentar reclamações e sugestões, clicando no **Fale**



Conosco (representado por um envelope). A página da jurisprudência faz parte do **Banco do Conhecimento** e pode ser acessada no seguinte caminho: Onde Encontro/Banco do Conhecimento/Jurisprudência/Jurisprudência TJERJ.

Também acessando o Banco do Conhecimento, é possível conhecer algumas das pesquisas realizadas pela equipe no link **Seleção de Pesquisa Jurídica**. Atualmente encontram-se disponíveis as seguintes pesquisas:

- ✓ A fungibilidade das medidas cautelares no processo de conhecimento.
- ✓ Afeto, cuidado e relação familiar.
- ✓ Índice de reajustamento do Sistema Financeiro de Habitação.
- ✓ O princípio da boa fé nos contratos.
- ✓ Responsabilidade civil de estabelecimento hospitalar.
- ✓ Posse compartilhada de arma de fogo.
- ✓ Marca de comércio nome comum.

Com o objetivo de oferecer uma alternativa para aqueles que não possuem computador com acesso a Internet, o serviço oferece uma sala de consulta de jurisprudência, onde o usuário poderá utilizar um terminal com acesso a base de dados contida no sistema JURIS.

A equipe do Serviço de Pesquisa Jurídica (SEAPE) da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON) é composta pelos seguintes colaboradores: Simone Correa Koury (Chefe de Serviço), Carla Pessanha Antonetti, Cristina Lúcia Rios Gonçalves, Rita de Cássia A. da Matta Santos, Maria Rosilene Lima de Menezes e Marcelo da Silva Gomes. As principais características da equipe são o profundo conhecimento do trabalho que realizam e o comprometimento com a Missão da DGCON e do PJERJ.

MICROFILMAGEM: UMA TECNOLOGIA OCTOGENÁRIA E ATUAL



Contrária à lógica de que, no mesmo campo de aplicação, uma nova tecnologia surge invariavelmente para sobrepujar a predecessora, a Microfilmagem se impõe ao lado da Digitalização e, por seus exclusivos atributos, vem sobrevivendo à força do tempo e às constantes evoluções tecnológicas com um fôlego jovial, apesar dos seus oitenta anos de aplicação comercial.

O vigor da Microfilmagem advém de qualidades ainda não superadas do seu produto final, o microfilme. Esse tipo de mídia, além de ter o reconhecimento legal, exhibe uma surpreendente estabilidade tecnológica, tornando-a compatível com qualquer equipamento já fabricado para leitura dessa espécie de película, como também demonstra grande potencial de longevidade, o qual perde apenas para o inerente ao papel.

Essas inquestionáveis qualidades do microfilme, repete-se, ainda não superadas, são as responsáveis por manter a Microfilmagem tão contemporânea e, sobretudo, indispensável em qualquer trabalho de preservação de documentos e informações em suportes alternativos, o que faz desta tecnologia uma poderosa aliada da Digitalização, e não uma concorrente já ultrapassada, como alguns poucos defensores da modernidade preferem pensar.

Assim, não seria difícil imaginar a Microfilmagem e o seu produto final, o microfilme, coexistindo por mais algumas décadas com a Digitalização, esta com seus diferentes formatos de arquivos e seus discos ópticos, representados pelos cd's, que foram superados por dvd's, que estão sendo superados por hd-dvd's, que serão superados por... quem sabe?

DGCON/SEDID

[Retorna à página inicial](#)



Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional

DEGEA RECEBE CERTIFICADO DA QUALIDADE

Desembargadores elogiam trabalho do Arquivo do PJERJ

No início de agosto, o Departamento de Gestão dos Acervos Arquivísticos da Diretoria Geral



O Presidente do TJERJ, Exmo. Des. Sergio Cavaliere discursa na solenidade de entrega do certificado NBR ISO 9001:2000 ao DEGEA

de Gestão do Conhecimento (DGCON/DEGEA) recebeu o certificado de qualidade NBR ISO 9001:2000. Compareceram os desembargadores Sérgio Cavaliere, Miguel Pachá, Luiz Zveiter, Benedicto Abicair e Siro Darlan, além dos diretores gerais Marcelo Filgueiras (DGCON), Jorge Rocha (DGTEC), Anisio Camacho (DGJUR) e Claudia Loretti (DGDIN). Participaram da solenidade muitos funcionários do DEGEA e todos os diretores de

departamento e de divisão da DGCON. Compareceram também Ana Maria Sobrinho, da Fundação Vanzolini (que realiza as auditorias de certificação no PJERJ) e Maria Elisa Macieira, coordenadora da FGV. Contando com o DEGEA, já são 11 unidades organizacionais certificadas no PJERJ.

Os discursos do diretor do DEGEA, Márcio Ronaldo Teixeira, e dos desembargadores convergiram para a importância desta certificação e o reconhecimento ao trabalho realizado pela equipe do DEGEA.

Para o diretor do DEGEA, a implementação do Sistema Integrado de Gestão (SIGA) ocorreu junto à evolução das atividades do Arquivo Central, que foi inaugurado em São Cristóvão no ano passado. Quando a equipe atual foi formada, todos já sabiam que o SIGA estava incluído no trabalho, e as Rotinas Administrativas (RAD) ajudaram muito no treinamento de quase 200 pessoas.

Na visão de Márcio Ronaldo, as ferramentas de gestão são muito úteis para o trabalho do DEGEA: "para um departamento tão grande, os indicadores de desempenho possibilitam melhor entendimento da contribuição de cada um para conseguir os resultados esperados, que todos já conhecem, porque foram divulgados na forma de objetivos estratégicos com metas", analisa. Para ele, as reuniões de análise crítica e as auditorias são momentos importantes para ter uma visão geral do trabalho realizado e dos pontos de melhoria possíveis.

Em novembro de 2005, a primeira medição dos indicadores mostrou que o DEGEA desarquivava 76,7% dos arquivos em até três dias. Hoje, a unidade consegue desarquivar 99,8% neste prazo. O número de solicitações cresceu, o acervo também. São 480 mil caixas no Arquivo Central, o que equivale a mais de sete milhões de processos, identificados e prontamente recuperáveis. Antes, todo o arquivamento e desarquivamento de processos era feito por uma empresa privada. Agora, o restante do acervo que ainda está nesta

empresa será migrado para o Arquivo Central até 2007, quando o acervo será composto por mais de 10 milhões de processos.

É por isso que o presidente do PJERJ, em seu discurso na solenidade, destacou que localizar um processo rapidamente é um grande desafio. "Até então, a empresa privada fazia todo esse trabalho. Éramos dependentes. Por isso, construímos e informatizamos o arquivo, uma área tão importante e que funciona tão bem, que hoje recebe o certificado da qualidade", elogiou.



O desembargador Sérgio Cavaliere afirmou também que a cerimônia de certificação está quase virando rotina, porque será repetida muitas vezes. "Mas nunca será rotina, porque significa uma mudança de mentalidade", concluiu. Ele revelou sua preocupação com as conseqüências da discriminação entre administração pública e privada, afirmando que "a administração privada visa ao lucro, enquanto a pública

ganha muito mais ao atender bem o público. Devemos fazer melhor, porque aqui é o dinheiro do cidadão, que tem que ser muito bem gasto e bem aplicado", disse.

O desembargador Miguel Pachá destacou que cada um contribuiu com seu trabalho para dignificar o PJERJ: "Tenho certeza que o DEGEA não precisou de muitas correções. É preciso ter amor pela Justiça e é meu desejo que a Justiça do Rio continue sendo a primeira do País", concluiu.

O corregedor-geral da justiça, Luiz Zveiter, disse que quer mexer profundamente na estrutura da CGJ e dar apoio à implementação da melhoria da gestão na Justiça de 1º grau: "Não temos medo do novo. Houve a implementação de uma nova estrutura e teremos uma nova gestão de pessoas. É preciso melhorar a capacitação, a ergonomia e as condições de trabalho", enfatizou.



O presidente afirmou que a certificação significa que o PJERJ está prestando melhores serviços e atendimento. Para ele, "a mudança de mentalidade só será possível se investirmos no servidor, preparando-os para serem gestores. Quem sabe, daqui a pouco tempo, haverá a certificação da CGJ", anunciou.

Ana Maria Sobrinho, diretora de Certificação da Fundação Vanzolini, reafirmou o que disse na solenidade de certificação ocorrida em maio, quando foram entregues os certificados ao IV Juizado Especial Cível, à 12ª Vara de Família e às 9ª, 19ª e 32ª Varas Criminais: "Foi emocionante ver tantas pessoas comprometidas. Os discursos foram lindos e todos estão de parabéns", destacou.

Já recebeu a recomendação para certificação o IX Juizado Especial Criminal. Passaram com sucesso pela pré-auditoria as 3ª, 7ª, 8ª, 18ª e 35ª Varas Cíveis, assim como a ESAJ pela 1ª auditoria interna.

DIVISÃO DE PROTOCOLO "DA SEGUNDA INSTÂNCIA"

A Divisão de Protocolo-DIPRO do Tribunal de Justiça é responsável pelo recebimento/conferência/controle/protocolo da entrada de todos os documentos judiciais direcionados ao segundo grau de jurisdição e pelo encaminhamento dos processos baixados do Tribunal para a primeira instância. Os funcionários da DIPRO prestam aos advogados todos os esclarecimentos acerca do correto recolhimento de custas judiciais.

Para atender cada vez melhor a seus usuários a Divisão de Protocolo vem implementando melhorias. Por meio de pesquisa em serviços similares, novos processos de trabalho foram adotados e cada servidor passou a atuar como um guichê bancário. No final de cada dia, é gerado para cada servidor um relatório, que além de servir para conferência do serviço realizado informa a produtividade da divisão confirmando o excelente trabalho desenvolvido pela equipe.



Da esquerda para a direita: Jose Joaquim, Pablo, Helenilton, Dulcinea e Rosimeri.

No período de 01/08/06 a 31/08/06 deste ano, dos 11.982 processos recebidos para encaminhamento, apenas 07 foram retificados (0.06% do total), e dos 32.072 protocolos recebidos para encaminhamento, somente 330 foram retificados **(1,03% do total)**.

A DIPRO adotou procedimentos especiais para dias de grande movimento, como os que sucedem feriados e nas segundas feiras. No papa-fila, um funcionário vai até a fila com pares de etiquetas protocoladas e cola uma na cópia da documentação do advogado e outra na documentação entregue. No dia seguinte, a partir das 8:00h todo o recebimento é cadastrado para ser encaminhado. Por vezes os funcionários do guichê apenas recebem os expedientes e, para agilizar o atendimento, deixam o cadastramento para ser realizado no dia seguinte pela manhã.

Os advogados que entregam expediente no último dia do prazo e se encontram na fila do protocolo às 18:00h não precisam mais se preocupar. No final do horário de funcionamento da Divisão de Protocolo são distribuídas senhas para assegurar o atendimento de todos os presentes. O sistema, na autenticação do protocolo, informa o motivo do recebimento após as 18:00h (distribuição de senha) indicando que o advogado se encontrava na fila no momento do término do prazo. Este procedimento dá tranquilidade aos profissionais que não perderam o prazo.

O diretor da DIPRO, Pablo Lechuga, informou que a Divisão está alinhada com o Objetivo Estratégico do Poder Judiciário, e que está envidando esforços no sentido de garantir aos usuários a celeridade desejada. Prova disso, 94.65% de todo documento recebido pela DIPRO é encaminhado em 2 dias.

PROJETO SOCIAL PAIS JARDINEIROS

A Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital que, entre outras competências, trata das crianças e adolescentes em situação de risco, realizou, através de sua equipe multidisciplinar, estudos e levantamentos para traçar o perfil desses jovens e de suas famílias.

As informações colhidas são a base para o planejamento de iniciativas, com o objetivo de dotar os pais e responsáveis de ferramentas que possibilitem a reestruturação individual e familiar, indispensável para que a prole em crescimento tenha assegurados os direitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A maioria destes provedores é analfabeta ou tem baixa escolaridade; pouca ou nenhuma capacitação; tem baixa renda ou está desempregada; tem muitos filhos; e condições de saúde, nutrição e habitação precárias.

Estatísticas confiáveis indicam que parte significativa da população carcerária compunha o segmento de crianças ou adolescentes em situação de risco de outrora.

A Escola de Pais, uma das grandes iniciativas da Vara da Infância, insere pais e responsáveis em programas de palestras, dinâmicas e encontros reflexivos que os enriquecem como indivíduos e como cidadãos, contribuindo para sensível

melhora nas relações familiares.

A iniciativa subsequente foi o Programa Pais Trabalhando criado para desenvolver o perfil profissional dos pais e responsáveis, visando sua inserção no mercado de trabalho.

O Projeto Social Pais Jardineiros, apresentado ao TJERJ pela Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital, foi implantado aos 24 de novembro de 2004, com uma Assistente Social, um Engenheiro Agrônomo residente e dez (10) mães e pais já capacitados pelo Laboratório Social do

Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Esta é mais uma iniciativa para enfrentar a demanda social dos pais e responsáveis que concluíram a Escola de Pais, mas ainda não avançaram na reestruturação pessoal e familiar, em grande parte por não conseguirem prover o sustento de suas famílias.

O primeiro objetivo é dotar estes homens e mulheres de capacitação no ofício da jardinagem, adquirindo experiência registrada na carteira de trabalho e treinamento nas condutas exigidas pelos empregadores.

Por meio das tarefas de recuperação e manutenção de jardins e vasos de plantas ornamentais, estes pais recebem informação, formação, e treinamento para favorecer sua inserção e



permanência no mercado de trabalho.

O segundo objetivo é prosseguir com dinâmicas que desenvolvam a introspecção e a auto-estima, despertando potencialidades individuais, e aperfeiçoando a interação com a família, com o trabalho e com a sociedade.

Nesse foco as rotinas de saúde da família são retomadas ou reorganizadas com especial atenção para as vacinações e para os casos de necessidades especiais. Na mesma ótica, os pais são energeticamente estimulados a retomar os estudos para conclusão do ensino fundamental, bem como a participar da vida escolar dos filhos, sendo todas as atividades acompanhadas pelo Serviço Social.

A meta dos dois primeiros objetivos é a criação de ambiente favorável ao crescimento integral das crianças e adolescentes protegidos.

O terceiro objetivo do projeto é a humanização dos espaços judiciários com o tratamento paisagístico dos jardins e áreas comuns interiores do Foro Central, dos Foros Regionais e Varas da Infância do 1º NURC.

Os ambientes judiciários acolhem

as aflições de demandantes e demandados, que sobrecarregam de angústias os sentimentos de Magistrados, Serventuários e demais Profissionais do Direito. A natureza e a intensidade destes sentimentos, presentes na maior parte do árduo cotidiano forense, constituem gravame para a saúde humana.



Jardins, canteiros e vasos de plantas ornamentais trazem bem-estar às pessoas que circulam nos ambientes e nos

lembram que o homem é destinado à concórdia e à felicidade, por mais tortuosos que sejam os caminhos trilhados.



Os Jardineiros recuperaram o Jardim Ruy Barbosa, os Jardins de acesso ao Beco da Música e hoje realizam a manutenção e poda de todas as áreas e vasos externos plantados, dos vasos de plantas ornamentais nos interiores, bem como capinam os estacionamentos e, ainda, cultivam pequenos viveiros para reposição.

O trabalho de conclusão do curso de jardinagem é a criação de canteiros nas margens da entrada da garagem subterrânea na Praça do Expedicionário, que será avaliado pelo

CRECHE DO TJ EDUCAÇÃO PARA AS CRIANÇAS TRANQUILIDADE PARA OS PAIS

O Departamento de Desenvolvimento de Pessoas -DEDEP tem em sua estrutura 3 divisões e duas já foram apresentadas nos informativos anteriores. A terceira divisão do DEDEP é a Creche Therezinha Amorim e será apresentada nesta edição .



Ela foi criada com o intuito de proporcionar aos pais/serventuários um local onde seus filhos pudessem ser deixados durante seus horários de trabalho, e onde também houvesse um bom atendimento aliado a uma boa educação.

Iniciamos o atendimento no ano de 1995 com 70 crianças e, atualmente 80 crianças são atendidas, todas filhas de serventuários da justiça nas faixas etárias de 6 meses a 4 anos incompletos, distribuídas nas turmas de berçário, maternal 1, 2 e 3.

Nosso objetivo é observar, estimular e acompanhar o desenvolvimento das crianças nas áreas biopsicossocial e pedagógica, de acordo com projetos e observados os interesses de cada grupo, avaliando, no cotidiano, as crianças nas diversas áreas de seu desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social.

Mantemos um contato direto com os responsáveis para mantê-los informados sobre o trabalho realizado, seja através de entrevistas, reuniões além do contato diário para esclarecimentos de dúvidas.

As crianças são observadas diariamente sendo os responsáveis chamados à receber sua avaliação em momento oportuno.

Compõem a estrutura da Creche:

Direção;

Serviço de Apoio Técnico e

Serviço de Apoio Administrativo.

As crianças matriculadas contam com o atendimento de professoras com nível universitário, oficina de literatura e tecnologia, musicoterapia, educação física, pediatria, odontopediatria, nutrição, serviço social, psicologia e auxiliar de enfermagem.

A importância da educação na formação de indivíduos conscientes e participativos na comunidade nos estimula a buscar sempre o aprimoramento de nosso trabalho, não somente com as famílias como com nossos funcionários.



A partir da esquerda: Profª. Augusta, diretora da Creche, Márcia Relvas, diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, Neli, Glória Maria, Maria Victória, Sílvia, Eni, Aline, Joseildo, Regina, Sheila e Tarsila.



DEPARTAMENTO DE SAÚDE



PANCREATITE AGUDA

O que é pancreatite aguda?

Ela ocorre quando o pâncreas, um órgão abdominal, sofre algum tipo de inflamação, tornando-se edemaciado e doloroso. As produções de enzimas digestivas e de insulina são algumas das principais funções do órgão.

A pancreatite pode ser aguda ou crônica, podendo a primeira ocorrer subitamente, evoluindo, habitualmente, com a recuperação completa do pâncreas. Na pancreatite crônica podem ocorrer episódios repetidos de agudização da doença, causando dano permanente ao órgão.

Como ela ocorre?

- Metade dos casos estão associados a pequenos cálculos, que podem obstruir a drenagem do fluxo do pâncreas ao intestino (pancreatite biliar)
 - O uso abusivo de álcool também pode levar à pancreatite.
 - Outras causas menos comuns são o uso de alguns medicamentos, alguns tipos de infecções e elevação de triglicerídeos no sangue.

Quais são os sintomas?

- O sintoma mais comum é a dor, habitualmente na parte superior do abdome, de alta intensidade, podendo irradiar para as costas ou tórax.
 - Náuseas, febre, vômitos e distensão do abdome também podem ocorrer.

Nos casos mais graves sinais de choque podem ocorrer, incluindo

- Taquicardia (aumento da frequência cardíaca)
 - Hipotensão
 - Confusão mental
 - Sudorese fria
 - Tonteados e desmaios
 - Se você tiver alguns destes sinais e dor abdominal, procure imediatamente auxílio médico

Como é feito o diagnóstico?

- A história do paciente e o exame físico são fundamentais para que o médico faça uma suposição diagnóstica. A confirmação se dará através de teste no sangue (enzimas amilase e lipase), ultrassonografia do abdome (pode ser normal) e tomografia computadorizada.

Como ela é tratada?

Provavelmente você deverá ser internado em um hospital.

- Para manter seu pâncreas em repouso você deverá permanecer sem alimentos, recebendo líquidos e glicose pela veia.
 - Alguns medicamentos que você vinha fazendo uso deverão ser suspensos.
 - Em alguns casos mais graves, antibióticos serão iniciados.
 - Nutrição especial (parenteral) pela veia e cirurgia poderão, raramente, ser necessários.
 - A internação pode ser prolongada, necessitando, inclusive, de tratamento em Unidades de Terapia Intensiva.

A pancreatite pode evoluir de forma muito grave. Não exite em procurar seu médico em caso de dores abdominais intensas e prolongadas, sobretudo quando associadas à febre, distensão abdominal e sinais de choque.

COMO PROCEDER EM CASO DE EMERGÊNCIA MÉDICA

Para solicitar atendimento de emergência ligue para o Departamento Médico, sendo de extrema importância relatar à enfermagem todos os sintomas apresentados pelo paciente, de forma a facilitar o pronto atendimento que o caso requer.

EMERGÊNCIA ramal 2124



C:\Documents and Settings\georgiana\Configurações locais\Temporary Internet Files\OLK95\ESAJ_Informativo Interação_Ago2006.doc

ESAJ, RUMO À CERTIFICAÇÃO

Foi realizada, nos dias 24, 25 e 26 de julho, a primeira auditoria interna do Sistema Integrado de Gestão da Escola de Administração Judiciária (SIGA-ESAJ). Nos três dias, um auditor contratado examinou minuciosamente, auxiliado por dois auditores internos do quadro do PJERJ, documentos, registros e processos de trabalho da Escola, e concluiu, registrando em relatório, haver alto "comprometimento do pessoal com o SIGA, ótimos processos, pessoal altamente qualificado e boa organização interna".

O bom resultado injetou ânimo na equipe, que agora está empenhada na execução das ações corretivas e preventivas sugeridas pela equipe auditora, preparando-se para a pré-auditoria, confirmada para 14 e 15 de setembro, próximo passo rumo à auditoria de certificação prevista para outubro.

Novidade na rede

Quer conhecer os conteúdos dos cursos da ESAJ? Agora ficou fácil. É só acessar, de qualquer unidade do PJERJ ou de casa, o *link* da Escola na página inicial do portal do PJERJ e consultar o ementário, organizado por áreas e programas de ensino. Ali estão todas as informações necessárias: habilidade a ser desenvolvida, objetivos, conteúdo completo e carga horária.

Cursos novos

Dois novos cursos já estão disponíveis: **Partilha** e **Alterações do Código do Processo Civil no Processamento em Vara Cível**. O primeiro capacita servidores do cartório partidor para fazer esboços de partilha. O segundo habilita servidores de vara cível a processar de acordo com alterações do Processo Civil introduzidas pelas leis 11.232/05, 11.187/05, 11.276/06, 11.277/06 e 11.280/06.

Veja as ementas na página da ESAJ.

DEAPE, EM NOVAS INSTALAÇÕES, REFORMULA PROCEDIMENTOS

Dando cumprimento à estratégia adotada pela Diretoria Geral de Gestão de Pessoas DGPEs, no sentido de modernizar o espaço físico de suas operações, desde o último mês de julho, o Departamento de Administração de Pessoal DEAPE está funcionando em novas instalações, mais amplas e funcionais.

Por meio de simples remanejamento de divisórias, foi possível acomodar, em um mesmo espaço físico, a Direção do DEAPE e três de suas divisões, proporcionando a todos os servidores que ali trabalham um melhor fluxo de informações e documentos, além de propiciar maior integração entre as unidades envolvidas.

Com a adoção da medida, a Divisão de Pessoal da Magistratura DIMAG, também integrante do DEAPE, concluiu a transformação física de suas instalações e a reformulação de seus procedimentos, por força do disposto na Resolução 06/2006, do Órgão Especial, que prevê a implantação de sistema de atendimento personalizado aos magistrados. A partir de agora, cada um deles passará a contar com uma servidora pessoal e telefônico exclusiva para suas demandas, cuidando de cada pedido, desde sua protocolização até a respectiva solução.

No tocante ao atendimento dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a reformulação do espaço físico do DEAPE também trouxe uma novidade: começou a instalação da Central de Atendimento de Pessoal CEAPE.

Atendendo inicialmente apenas os servidores que a ele recorrerem pessoalmente, o segmento, quando estiver completamente implementado, concentrará todo o atendimento pessoal e telefônico do Departamento. Isso permitirá que as demais unidades do DEAPE, que até então eram incumbidas de atender os servidores, passem a ter melhores condições para instruir, analisar e encaminhar os pedidos recebidos, o que certamente tornará os processos de trabalho mais rápidos e precisos. Por sua vez, os servidores, que antes precisavam percorrer os diversos balcões das divisões do DEAPE para tratarem de suas demandas, passam a dispor de maior comodidade, apresentando seus pedidos em um único lugar.

Vale lembrar que toda essa iniciativa de reformulação de espaço e de procedimentos requer a revisão e a adaptação de equipamentos e sistemas de informática e de telefonia, razão pela qual o DEAPE vem contando com a indispensável colaboração da DGTEC e da DGLOG, por meio de suas unidades competentes, com vistas a que o trabalho seja concluído com o sucesso que dele se espera.

O Departamento de Administração de Pessoal DEAPE, a Divisão de Pessoal da Magistratura DIMAG, a Central de Atendimento de Pessoal CEAPE e as demais unidades do Departamento funcionam na Av. Erasmo Braga, 115, Lâmina I, 6º andar, prédio do fórum central.

VÍTIMAS DE EXTORSÃO PELO TELEFONE PODEM CONTAR COM A ORIENTAÇÃO DA DGSEI

Muitas pessoas têm sido vítimas de extorsão pelo telefone, e se vêem diante do dilema de ceder ou não às ameaças contra a integridade de um ente da família.

A Diretoria Geral de Segurança Institucional-DGSEI- tem se empenhado para divulgar formas de evitar esse tipo de golpe, tão comum, e se coloca à disposição para ajudar as vítimas que não sabem como devem proceder ao receber uma ligação telefônica ameaçadora.

Segundo as palavras do Major Paulo Henrique do Serviço de Plantão da DGSEI "Qualquer servidor, na eventualidade de acontecer algo, deve procurar a DGSEI que não atende apenas a Presidência do PJERJ, mas todo o público do PJERJ, principalmente o interno".

Muitos servidores não sabem que a DGSEI trabalha vinte quatro horas ininterruptas nos sete dias da semana. Fora do horário de expediente, há sempre um sargento de plantão. Dependendo da gravidade da ocorrência, um oficial previamente designado para permanecer de sobreaviso, é acionado, ou mesmo os órgãos policiais, se necessário. Mas há casos que são resolvidos apenas com as palavras de orientação dos profissionais experientes da DGSEI.

Em caso de acidentes, perturbação nas dependências do PJERJ, tentativas de extorsão, ameaças de seqüestro, ou qualquer outro acontecimento que envolva a segurança dos serventuários, a DGSEI deve ser contactada para orientar as vítimas, prevenindo que atitudes impensadas tenham conseqüências mais graves. Aliás prevenção é a palavra de ordem da DGSEI.

O Informativo Interação divulga novamente o folder "Cuidados ao Telefone" da Diretoria Geral de Segurança Institucional.

DGTEC DESENVOLVE SISTEMAS PARA QUE O PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ATENDA CADA VEZ MELHOR O CIDADÃO

Jorge Antônio de Souza Rocha está à frente da Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação-DGTEC onde desempenha suas atividades com extrema responsabilidade, ciente da importância da DGTEC como unidade de apoio a todo o PJERJ.



Atualmente não se pode prescindir da colaboração da DGTEC quando se pensa em implementação de projetos, modernização dos sistemas para desenvolvimento das atividades dos usuários internos, disponibilização de informações e conhecimentos no site do PJERJ e, em última análise, quando se visa à celeridade da prestação jurisdicional.

Ao se observar a lista dos sistemas implantados no atual biênio temos uma idéia do esforço realizado pela DGTEC. Mais espantosas são as informações acerca dos próximos projetos e desafios desta diretoria que trabalha ininterruptamente. A qualidade do trabalho executado pela DGTEC é traduzido nos inúmeros sistemas e projetos que desempenha com competência, zelando sempre pela segurança da informação.

Sistemas desenvolvidos no atual biênio:

Área Judicial 1ª Instância

Integração das Delegacias Legais com os Juizados Criminais

Integração com a CEG (Companhia Estadual de Gás)

Módulo de Juízes Leigos

Data Mart Judicial da 1ª Instância (Projeto de Unificação dos Critérios Estatísticos)

Integração com os Distribuidores da Capital

Implantação do Cadastro Estadual de Adoção.

Indisponibilidade de Bens;

Projeto CES Online, remessa da CES via meio eletrônico para a VEP

Integração com Imprensa Oficial para envio das publicações Online

Consulta de certidões a partir do Projeto Comarca referente aos dados dos juizados

Sistema de cálculo Judicial - Cálculo Previdenciário

Ampliação da quantidade de prefeituras conveniadas ao TJ

Área Judicial 2ª Instância

Petição Eletrônica

Novo módulo de prevenção de processos e utilização de Biometria no momento da distribuição na 1ª e 2ª Vice

Novo módulo de Inteiro Teor, substituindo o antigo Registro de acórdão

Rotina de lançamento de Ementário de Decisões Monocráticas e Turmas Recursais.

Novo módulo Autuação/Prevenção da 1º Vice-Presidência

Área Extrajudicial

Data Mart da Estatística Extrajudicial

Sistema do Livro Adicional

Área Administrativa

Informatização do Arquivo Geral

Sistema de lançamento de Legislações e Decisões Administrativas

Sistema de Precatórios

Integração dos Sistemas de Histórico Funcional

Sistemas de Estagiários Universitários

Novo Sistema Folha de Pagamento

ESAJ (Consulta 30 horas na Intranet)

Frequência na Intranet

Controle de créditos/débitos VISA VALE

Lotação de servidores e terceirizados

Atestados e Licenças médicas obrigatoriedade do CRM

Novo Enquadramento

Alteração na estrutura do PJ

Sistema do Departamento de Saúde Atestados, licenças, odontologia, etc.

Sistema Gerencial de Licenças, atestados e afastamento de servidores

Data Mart Arrecadação e Orçamento

Sistema Administrativo Fiscal - Cadastro de Permissão de Uso

Sistema de Contratos e Atos Negociais - módulo de Órgãos Fiscais

Sistema de Controle de Malote

Sistema de Pedido de Doação

Sistema de Correspondências
Integração com Pregão Eletrônico do Banco do Brasil
Novo sistema de Acompanhamento de Custos

Portal Corporativo

Nova área do site de licitações Controle de Retirada de Editais
Nova página da Corregedoria
Nova página do Departamento de Saúde
Atualização tecnológica das Consultas Processuais de 1ª Instância (Por nº, nome, OAB, VEP)
Jurisprudência do Conselho de Magistratura
Consulta processual sem restrições para magistrados

Principais projetos para o próximo biênio

Publicação on-line.
GRERJ eletrônica.
Ofício eletrônico para os distribuidores não oficializados.
Medidas cautelares sigilosas.
Distribuição de petições iniciais para outras comarcas.
Desenvolvimento de funções para o plantão judiciário.
Desenvolvimento de novas funções para as varas empresariais.
Implantação dos acórdãos e decisões do STJ e STF.
Envio de acórdãos por e-mail para os advogados.
Implantação do novo processo de trabalho da distribuição de segunda instância.
Ampliação das informações gerenciais da primeira instância.
Geração de informações gerenciais para análise da produtividade da segunda instância da turma recursal e da VEP.
Geração de informações gerenciais para análise qualitativa das sentenças proferidas nos juizados especiais.
Maior disseminação das políticas de segurança.
Consolidação do sistema integrado de gestão de pessoas.
Implantação da frequência na WEB.
Inscrição on-line na ESAJ.
Implantação do controle odontológico no DESAU.
Comprovação de gastos para auxílio-saúde.
Ampliação do controle de estagiários universitários.

Implantação do controle de prazos no sistema PROT.
Implementação do protocolo administrativo eletrônico (e-prot).
Consolidação do relatório de acompanhamento de custos (RAC).
Desenvolvimento do sistema geral de controle de solicitações.
Ampliação dos setores alcançados pelo sistema de malote e correspondência.
Desenvolvimento do sistema de reembolso de atos gratuitos.
Desenvolvimento do sistema de estatística extrajudicial.
Implantação do registro de preços.
Controle de recarga de cartuchos.
Controle de parcelamento da entrega de materiais.
Controle financeiro de contrato de obras e imóveis.
Controle de licitações de permissões de uso.
Gestão de contrato de serviços por postos.
Consulta dinâmica na WEB às licitações.
Projeto de redução dos acervos arquivísticos.
Implantação do sistema de gestão do desenvolvimento institucional.
Aquisição de novas estações de trabalho e substituição de equipamentos obsoletos.
Modernização da rede corporativa do TJRJ.
Aquisição de novos TAA's de consulta e substituição dos equipamentos obsoletos.
Ampliação dos servidores corporativos.
Ampliação da central de atendimento.
Disponibilização do Messenger institucional.
Implantação do publicador de conteúdo para a WEB.
Automatização do envio de ofício com certidão de débitos de serventias de 1ª instância para a FETJ.
Desenvolvimento do novo sistema da Biblioteca do TJRJ.
Unificação das consultas às bases de conhecimento.
Ampliação da integração com as delegacias legais.
Estabelecimento de convênio com Banco do Brasil, BCEN, Prefeituras Municipais, SSP/DETRAN, SEAP, JUCERJA, MP e concessionárias de serviços públicos.
Integração com os escritórios de registro de distribuição privatizados.
Ampliação da troca de informações com a OAB.

O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro está totalmente informatizado. Quais são os benefícios que isso traz para a os públicos interno e externo?

Não é mais possível se pensar no Judiciário sem a informatização. Antes de ser um benefício a informatização hoje é algo necessário e imprescindível.

Com todos os processos em andamento informatizados pudemos colocar as

movimentações disponíveis para consultas na internet a todos os interessados, advogados e partes. Isso se chama transparência das atividades do Poder Judiciário. Ganhamos também em agilidade, já que muitas etapas do processamento são agora executadas de forma automatizada e, conseqüentemente, em menor tempo.

A área administrativa também avançou muito nos últimos anos nesse sentido. Hoje o TJRJ tem total controle de suas receitas e despesas, pode planejar seus gastos, controlar suas compras, gerenciar pessoal, enfim, administrar a partir de dados bem trabalhados e confiáveis.

Nos projetos desenvolvidos pela Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento surgiu a necessidade de utilização de uma ferramenta de colaboração que viabilizasse a comunicação, em tempo real, entre os componentes dos grupos responsáveis. Uma espécie de chat para debates e interrelacionamento com vistas ao aperfeiçoamento do trabalho. Como e quando a DGTEC pretende atender esta demanda?

Estamos homologando 2 (duas) ferramentas da Microsoft, o LCS (Live Communication Server) e o SharePoint Portal de Relacionamento com inúmeras possibilidades, inclusive com Fórum de Debates.

Acreditamos que em 30 ou 45 dias devemos liberar um pedido de compra das ferramentas necessárias.

Diversas medidas têm sido adotadas pelo PJERJ para aumentar a integração das Diretorias Gerais, inclusive o segundo Encontro de Gestores já agendado para os dias 18, 19 e 20 de agosto. Qual é a importância desta integração?

A DGTEC por ser um órgão de atividade meio, presente em todas as atividades do PJERJ, não pode prescindir dessa integração. Dificilmente algum órgão pode ser informatizado sem que isso afete outros, o que nos obriga sempre a avaliar os procedimentos informatizados de forma integrada, com todos os seus impactos nos diversos órgãos envolvidos. Por outro lado, algumas vezes, a própria informatização propicia uma maior integração entre setores distintos que seria difícil ou até impossível sem ela. Por exemplo, no momento da distribuição de uma inicial feita no Depto. de Distribuição, entre as funções implícitas desta atividade, a GRERJ também pode ser checada e validada na hora através de uma integração com o sistema de arrecadação.

GRAVAÇÃO DE PALESTRAS E EVENTOS

O Serviço de Áudio e Vídeo -DGEMERJ/SECGE/DEADM/SEAUD-, presta apoio às aulas dos Cursos de Preparação da EMERJ, às palestras, aos seminários e às peças teatrais, além de exibir filmes, gravar licitações, eventos diversos, e transmitir a programação através do canal 5 do circuito interno de TV do PJERJ.

A EMERJ visa, precipuamente, promover o aperfeiçoamento do magistrado e a formação de profissionais do direito para ingresso na carreira da magistratura. Mas alcança advogados, estudantes de direito e demais interessados nos eventos que promove. A Escola busca, sistematicamente, realizar cursos, seminários e fóruns abordando temas atuais, alterações na legislação pátria, e todos os assuntos relevantes do mundo jurídico, convidando personalidades de expressão para discorrer sobre os temas abordados. As gravações são utilizadas na capacitação de magistrados e servidores nas diversas Comarcas do PJERJ que não puderam estar presentes.



Todos os eventos são gravados sempre em dois formatos, DVD e SVHS, como medida de segurança, de modo que, se um apresentar problemas, ainda assim a gravação estará salva.

Entre os eventos internos destacam-se as palestras e seminários realizados nos auditórios da EMERJ e da AMAERJ, cujas gravações são disponibilizadas ao público em geral na biblioteca e videoteca da EMERJ. Para os que desejam possuir as gravações, basta que forneçam fita de vídeo ou DVD virgem que os funcionários responsáveis gravarão gratuitamente.

No SEAUD trabalham 15 terceirizados como editores de imagem, editores juniores e secretários, além de 2 estagiários. Todos aptos a executar os trabalhos do Serviço de Áudio e Vídeo, captar, tratar e guardar as imagens, montar os equipamentos e inserir abertura, tema e fechamento nas gravações.

O acervo produzido é guardado com todo zelo depois de devidamente identificado por evento, data e palestrantes. A versão eletrônica do Catálogo do Acervo é atualizada a cada edição.